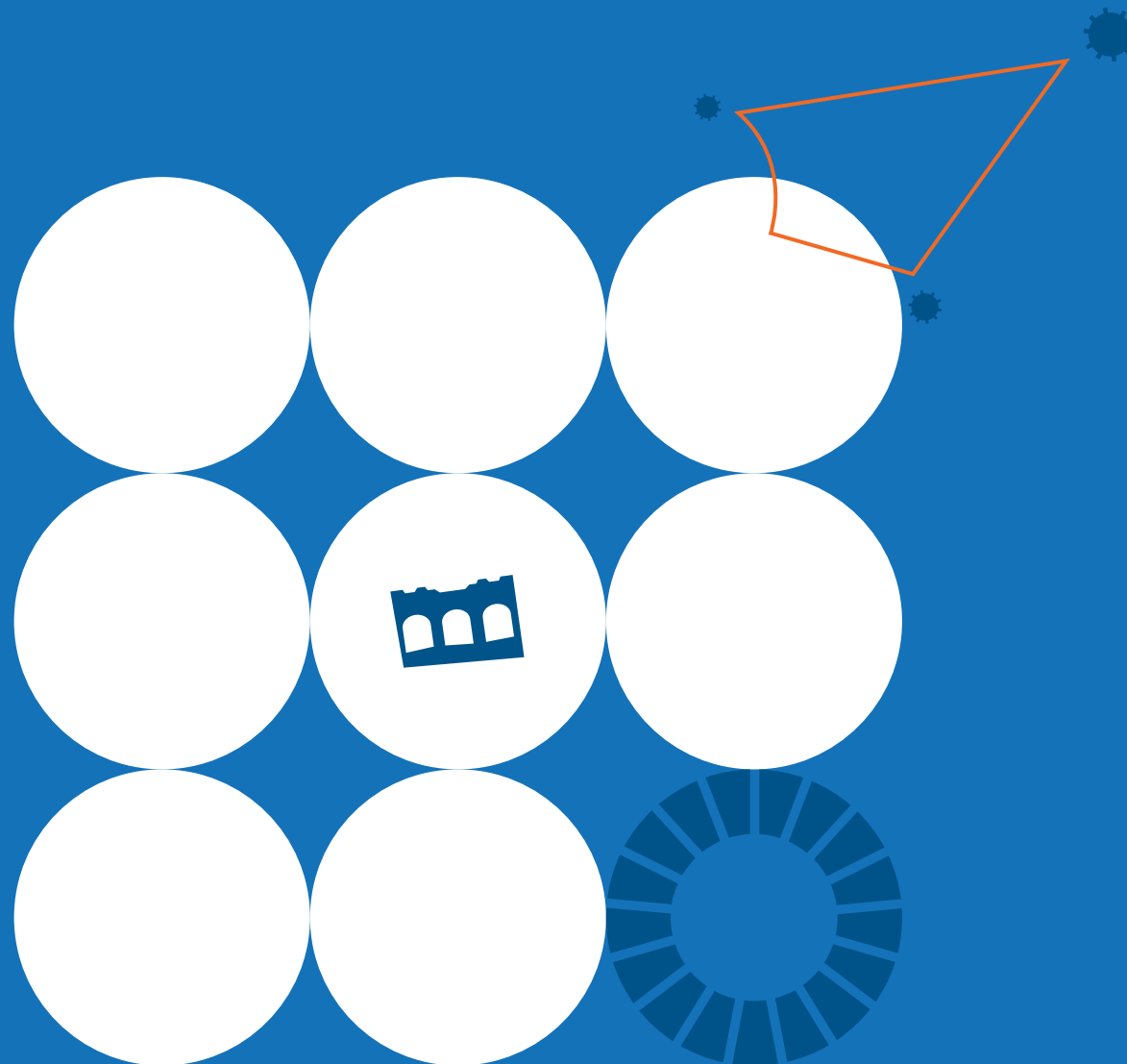


Laboratório de Planejamento e Projetos

Recomendações para o
**Programa
Minha Cidade
Linda**

Maceió/AL
Março de 2023



Laboratório de Planejamento e Projetos para o Desenvolvimento Urbano Sustentável
Recomendações para o Programa Minha Cidade Linda



ONU-Habitat

A Organização das Nações Unidas propõe, desde os anos 2000, agendas globais com objetivos e metas mensuráveis para promover a prosperidade enquanto protegemos o nosso planeta. Desde 2015, esse trabalho tem sido realizado a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos na Agenda 2030, um plano de ação global criado para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e promover vida digna a todos e todas, dentro das condições que o planeta oferece e sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações.

Posteriormente, em 2016, a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) estabeleceu a Nova Agenda Urbana (NAU), documento que serve de orientação para ações que visam padrões globais de desenvolvimento urbano sustentável, repensando a forma como construímos, gerenciamos e vivemos nas cidades.

A NAU representa uma visão compartilhada para um futuro urbano melhor, em que todas as pessoas tenham direitos e acessos iguais aos benefícios e oportunidades. Considerando a relevância do protagonismo dos estados e municípios para o cumprimento de ambas as agendas, o **Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat)**, agência da ONU que atua há mais de 20 anos em prol do desenvolvimento urbano social, econômico e ambientalmente sustentável, trabalha diretamente com esses atores para aproximá-los dessas temáticas.

Foi com esse intuito que, em 2017, firmamos um Acordo de Contribuição com o Governo do Estado de Alagoas, que resultou no Visão Alagoas 2030. Com mais este projeto, esperamos colaborar para o desenvolvimento de uma visão de futuro para Alagoas, que amplie as possibilidades para as suas mais diversas comunidades, sem deixar ninguém e nenhum território para trás.

A seguir, apresentamos recomendações que são um dos resultados desse esforço conjunto e estão alinhadas a este ideal. Agradecemos às pessoas e instituições que estiveram conosco neste trajeto e desejamos uma boa leitura!

Acompanhe o ONU-Habitat nas redes sociais!



@ONUHABITATBRASIL



ONUHABITATBR



@ONUHABITATBR



Governo de Alagoas

Observar, planejar e trabalhar para construir uma sociedade mais justa é a principal diretriz de todos que fazem o Governo de Alagoas. Cientes de uma história secular de pobreza, o Estado, a iniciativa privada e a sociedade em geral têm um compromisso de reverter quadros de desigualdade social. Um compromisso que surge de dois tipos de observação: a do dia a dia, do contato, das nossas caminhadas por todos os 102 municípios, mas também um compromisso alicerçado na análise de dados e no trabalho de competentes profissionais que estão envolvidos na construção de políticas públicas que tornem nosso estado menos desigual.

Ninguém é capaz de fazer uma transformação deste porte sozinho, sem escutar, sem estudar, sem parcerias como esta que temos com o ONU-Habitat. Um trabalho que é referência para o mundo, mas, antes de tudo, é referência para milhares de alagoanos que já tiveram suas vidas melhoradas por este olhar, por este planejamento, por este trabalho para garantir uma vida com acesso aos serviços públicos.

Porém, é importante frisar que o nosso compromisso não é com o que já foi feito. Nosso compromisso está apontado para a mudança da realidade que ainda não pôde ser transformada, mas que será e que é para já. A partir da observação e análise dos dados desta realidade, nós, servidores e gestores públicos, vamos garantir uma série de políticas para dar autonomia a jovens e adultos, proteção às mulheres e crianças, segurança aos pais e mães de família, oportunidades aos micro, pequenos e médios empreendedores.

A construção dessas políticas perpassa, primordialmente, por produtos deste tipo, que não só balizam a tomada de decisões, como contribuem para a manutenção e o aprimoramento das práticas que permeiam a gestão pública.

Observando, planejando, trabalhando muito, alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, nós vamos mudar a vida de milhares de alagoanos e cumprir a missão que o povo nos confiou.

Acompanhe o Governo de Alagoas:



ALAGOAS.AL.GOV.BR



[@GOVERNODEALAGOAS](https://www.instagram.com/GOVERNODEALAGOAS)



Visão Alagoas 2030

O **Visão Alagoas 2030** é um projeto de cooperação técnica entre o ONU-Habitat e o Governo de Alagoas. Iniciado em 2017, o seu principal objetivo é fortalecer a prosperidade urbana sustentável e inclusiva de Alagoas, por meio da produção de dados e informações e da elaboração de estratégias de ação para qualificar as políticas públicas, planos e ações estaduais.

O Projeto estrutura-se em três eixos de implementação:

1. Dados e informações

- Construção de indicadores, mapeamentos e diagnósticos

2. Estratégias e soluções

- Elaboração de planos, diretrizes e recomendações

3. Capacidades e oportunidades

- Realização de capacitações, intercâmbios e projeção internacional e nacional



Clique ou escaneie para saber mais!

Este produto pertence
ao Eixo 2

Estratégias e soluções

Ficha técnica

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

Paulo Suruagy do Amaral Dantas (2022 - Atual)
José Renan Vasconcelos Calheiros Filho (2015 - 2022)
Governador do Estado

Ronaldo Augusto Lessa Santos (2023 - Atual)
José Wanderley Neto (maio a dezembro - 2022)
José Luciano Barbosa da Silva (2015 - 2020)
Vice-governador

George André Palermo Santoro
Secretário de Estado da Fazenda

Renata dos Santos (2022 - Atual)
Fabício Marques Santos (2017 - 2022)
Secretária/o de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio

Mosart da Silva Amaral
Secretário de Estado do Transporte e Desenvolvimento Urbano

Alcides Jerônimo Almeida Tenório
Secretário Especial de Obras

Andreia Nunes Estevam
Secretária Especial de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Rui Soares Palmeira (2023 - Atual)
Maria Gevan Gomes Tenório Amorim (2022)
Maurício Quintella Malta Lessa (2019 - 2022)
Secretária/o de Estado da Infraestrutura

Mac Lira Paes (2023 - Atual)
Lorena Coimbra Cerqueira Tenório (2015 - 2022)
Superintendente de Políticas de Habitação

Marina Dantas (2023 - Atual)
Coordenadora-geral do Vida Nova nas Grotas

Marcela Jambo | Álvaro Moraes | Larissa Rocha
Equipe Técnica

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU-Habitat)

Alain Grimard
Representante para o Brasil e Cone Sul

Rayne Ferretti Moraes
Oficial Nacional para o Brasil

Ana Elisa Larrarte
Coordenadora de Programas

Bruna Gimba | Julia Caminha | Laura Collazos
Analistas de Programas

Gabriel Vaz de Melo
Analista de Dados

Fábio Donato | Tiago Marques
Assistentes de Programas

Aléxia Saraiva
Analista de Comunicação

Camila Nogueira
Designer Gráfica

Claudia Bastos de Mello
Especialista Financeira

Adriana Carneiro | Vanessa Santos | Carolina Oliveira
Analistas de Operações

Ficha técnica

EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO

Alex Rosa
Coordenador de Programas

Angélica Carnellosso | Fernanda Balbino | Paula Zacarias
Analistas de Programas

Harlan da Silva
Analista de Dados

Bethânia Boaventura | Mariana Nascimento
Assistentes de Programas

Júlio dos Santos
Assistente de Dados

Minne Santos
Assistente de Comunicação

Sávio Silva
Designer Gráfico Júnior

ELABORAÇÃO DO PRODUTO

Instituto Pólis
Parceiro implementador

Margareth Matiko Uemura
Coordenação

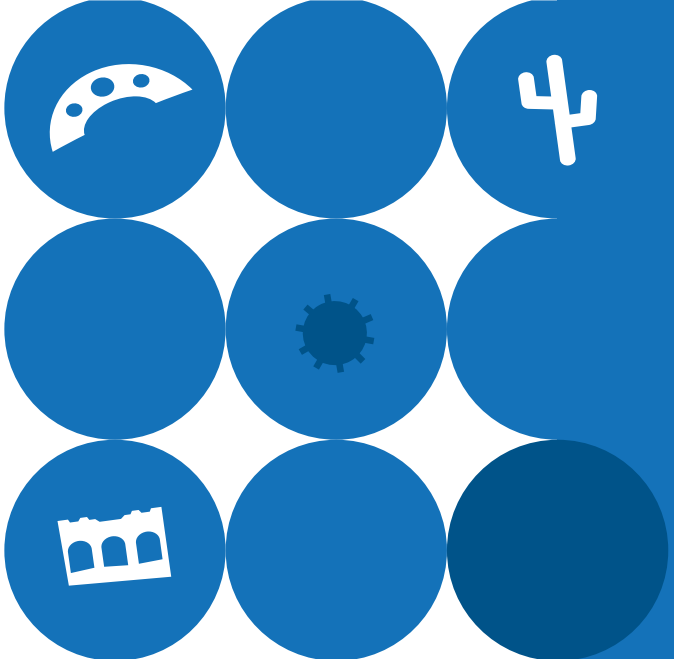
**Anna Luiza Salles Souto | Isabella Alho | Lara Aguiar
Cavalcante | Vitor Coelho Nisida**
Equipe Técnica

**Adriana Afonso Sandre | Catharina Pinheiro Cordeiro dos
Santos Lima | Diglane Galvão Neto | Elisamara de Oliveira
Emiliano | Fernanda Carolina Vieira da Costa | Hulda Erna
Wehmann | Luiz Paulo Bresciani | Paula Martins Vicente
Raul Isidoro Pereira | Regina Dulce Barbosa Lins | Riciane
Maria Reis Pombo | Sandra Faé**
Consultoras/es

Paula Zacarias
Supervisão e revisão final

Bethânia Boaventura
Apoio à supervisão e à revisão

Minne Santos | Sávio Silva
Comunicação e diagramação



siglas siglas

AMA	Associação de Municípios Alagoanos
CRIA	Programa Criança Alagoana
GEA	Governo do Estado de Alagoas
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Ifal	Instituto Federal de Alagoas
MCL	Minha Cidade Linda
NAU	Nova Agenda Urbana
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU-Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

PANCs	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPA	Plano Plurianual
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
Secti	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Sedetur	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo
Seinfra	Secretaria de Estado de Infraestrutura
Setrand	Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano
Secult	Secretaria de Estado da Cultura

Sumário

Sumário

- 10 *Apresentação*
- 11 *Laboratório de Planejamento e Projetos*
- 13 *Programa Minha Cidade Linda*
- 15 *Oficinas de Imersão*
- 22 *Recomendações*
- 93 *Considerações finais*
- 94 *Referências bibliográficas*
- 95 *Anexo 1*

Apresentação

Este Relatório apresenta as recomendações para o **Programa Minha Cidade Linda**, produzidas no âmbito do **Laboratório de Planejamento e Projetos para o Desenvolvimento Urbano Sustentável**, no período de agosto de 2021 a setembro de 2022.

O documento está estruturado em quatro seções principais:

1

Objetivos e metodologia do Laboratório;

2

Breve contextualização do Programa Minha Cidade Linda;

3

Descrição e síntese das discussões realizadas durante a Oficina de Imersão; e

4

Recomendações de eixos e ações programáticas, integradas e sustentáveis.



Capítulo 1

Laboratório de Planejamento e Projetos para o Desenvolvimento Urbano Sustentável

O **Laboratório de Planejamento e Projetos** é uma metodologia, inspirada nos *Urban Labs* do ONU-Habitat, que consiste em promover atividades de imersão em políticas públicas, com o objetivo de:

- Mapear processos bem-sucedidos em programas e projetos públicos em andamento;
- Estabelecer diretrizes para replicabilidade de boas práticas em outros programas e projetos em andamento e/ou a serem desenvolvidos; e
- Apresentar estratégias, soluções e abordagens inovadoras para o aperfeiçoamento de políticas públicas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e à Nova Agenda Urbana.

As atividades de imersão são implementadas com base no *design thinking*, método utilizado para compreensão e discussão de problemas e soluções. A primeira etapa da imersão busca analisar o programa ou projeto de forma ampla e holística, sob diferentes óticas, aspectos e atores envolvidos.

A segunda etapa, facilitada por um grupo de especialistas, debate e propõe colaborativamente as estratégias de ação para complementar e qualificar o programa ou projeto avaliado.

Na terceira etapa ocorre a validação e pactuação das recomendações, dando ênfase a abordagens transversais, alinhamento às agendas globais de desenvolvimento, conexões entre as propostas e ações já existentes, além das parcerias e processos necessários para expansão e consolidação do programa ou projeto como uma política pública sustentável e permanente.

Para conhecer mais sobre a metodologia, acesse:

bit.ly/labmetodologia

No Projeto Visão Alagoas 2030, esta metodologia foi implementada em parceria com o **“Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais”** – Organização da Sociedade Civil que tem como objetivo o fortalecimento da capacidade de ação autônoma da sociedade civil na perspectiva de qualificar a intervenção no debate público e processos políticos e culturais da sociedade, a partir da agenda do Direito à Cidade como ponto central nas proposições de políticas públicas.

Para conhecer mais sobre o Instituto Pólis, acesse:

polis.org.br



Infraestrutura viária após as melhorias do Programa Minha Cidade Linda

Capítulo 2

Programa Minha Cidade Linda

O **Minha Cidade Linda** (MCL) é um programa estadual, executado pela Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano (Setrand), com o objetivo de melhorar a qualidade da infraestrutura viária e dos espaços públicos de convivência nos 102 municípios do Alagoas.

Iniciado em 2018, o Programa contempla três ações:

- **Pavimentação do sistema viário e construção de passeios**, com uso preferencial de paralelepípedos e/ou piso intertravado (a utilização de asfalto ocorre apenas nas vias não locais, em razão do volume de tráfego);
- **Instalação de kits de equipamentos de esporte e lazer** (academias ao ar livre e brinquedos infantis) em espaços públicos; e
- **Pintura das fachadas do entorno do sistema viário requalificado**.

Como resultado dessas ações, o Programa permite que outros benefícios sejam alcançados, como a contratação de mão de obra local, gerando empregos e movimentando a cadeia produtiva da construção civil – até 2022, 1.156 empregos diretos, sendo 70% ocupados por moradores das regiões de execução das obras.

Para implantação do Programa foram estabelecidos **Termos de Cooperação Técnica entre o Governo de Alagoas e as Prefeituras Municipais**, sendo o Estado responsável pela implantação e fiscalização das intervenções, e a requalificação de áreas públicas; e os municípios, pela indicação de locais para instalação de equipamentos esportivos e a manutenção das obras executadas.

De modo geral, as vias públicas concentram a maior parte dos investimentos, em decorrência dos recursos necessários para a pavimentação e construção de passeios, em comparação à requalificação dos espaços públicos. No entanto, ambas as intervenções possuem potencial de fortalecer o desenvolvimento urbano territorial e sustentável de Alagoas.

O Programa encontra-se sistematizado no **Caderno de Programas Estratégicos do Governo de Alagoas**, elaborado no âmbito do Observatório de Políticas Públicas, produto do eixo 1 do Visão de Alagoas 2030.

Para saber mais, acesse visaoalagoas2030.al.gov.br



Requalificação de espaços públicos em uma cidade alagoana

Capítulo 3

Oficina de Imersão

Esta seção apresenta o objetivo, formato, participantes, etapas e síntese das discussões realizadas durante a **Oficina de Imersão no Programa Minha Cidade Linda**.

a. Objetivo

- Avaliar as ações, impactos e recursos investidos no Programa e propor estratégias para a sua expansão e aperfeiçoamento.

b. Formato

- Atividade remota, realizada via plataforma de comunicação e facilitação virtual, em maio de 2022, com a mediação do Instituto Pólis e apoio da equipe técnica do Visão Alagoas 2030.

c. Participantes

- 21 participantes representando diferentes instituições:
 - Associação de Municípios Alagoanos (AMA);
 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);
 - Instituto Federal de Alagoas (Ifal);
 - Programa Criança Alagoana (CRIA);
 - Prefeitura Municipal de Arapiraca;
 - Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano (Setrand);
 - Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra);

- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur);
- Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti); e
- Secretaria de Estado da Cultura (Secult).

Esses participantes atuam diretamente no Programa ou foram mapeados como potenciais parceiros para implementação das ações, por serem responsáveis pela implementação de projetos estratégicos do Governo de Alagoas e/ou atuarem complementar ou transversalmente às estratégias propostas.

Outros atores também seriam essenciais para participar da imersão no Programa, no entanto, em decorrência do formato e cronograma estabelecido não foi possível contar com uma participação mais ampla e diversificada.

Contudo, esses possíveis parceiros foram contemplados em diversas ações programáticas, podendo, assim, serem inseridos em desdobramentos futuros do Laboratório e, sobretudo, na implementação das recomendações propostas.

d. Etapas

Três blocos de atividades: (1) apresentações gerais e compartilhamento de boa prática para inspiração; (2) discussão em grupo; e (3) plenária para validação e pactuação.

Bloco 1

Este bloco foi dividido em três momentos de apresentações:

- Visão Alagoas 2030, realizada pelo ONU-Habitat, para nivelar a compreensão dos participantes em relação aos objetivos, eixos e produtos do Projeto e a metodologia do Laboratório;
- Minha Cidade Linda, conduzida pela Setrand, para expor os objetivos e principais resultados alcançados pelo Programa; e
- Programa Uma Fruta no Quintal da Prefeitura Municipal de Diadema (SP) – boa prática selecionada pelo Instituto Pólis para inspirar o debate e a reflexão dos participantes –, guiada por Raul Pereira, autor do projeto e Paula Martins, ambos integrantes do RPPA, escritório especializado em projetos de paisagismo (1).

Bloco 2

Neste bloco, os participantes foram divididos em dois grupos (A e B) para facilitar as discussões na plataforma de facilitação virtual utilizada. Inicialmente, foram apresentadas as ações atuais do MCL em um diagrama síntese (Figura 1).

Em seguida, com base no diagrama e nas apresentações da Etapa 1, duas questões foram colocadas:

- Quais novas ações podem integrar o Minha Cidade Linda?
- Como os diferentes atores e/ou programas existentes podem se inserir ou colaborar com o Programa?

Para auxiliar o debate, foram utilizadas “caixas de ferramentas visuais”, com exemplos de possíveis novos espaços da cidade, atores e programas para expandir e fortalecer as ações propostas (Figura 2).



Figura 1: Diagrama síntese das ações atuais do Programa Minha Cidade Linda.

Legenda: (1) círculos: espaços de atuação na cidade; (2) retângulos: intervenções realizadas; (3) linhas pontilhadas: relação entre espaços e intervenção; e (4) linhas contínuas: articulação entre os espaços da cidade (1) e as conexões indiretas entre as diferentes ações (2).

Durante todo o debate, a mediação de cada grupo ressaltou que não havia limitação quanto à possibilidade de novas ações, espaços e propostas, de modo que os exemplos expostos tinham caráter apenas ilustrativo.

Bloco 3

No último bloco, os participantes reuniram-se novamente na sala virtual única para o debate ampliado, que contou com a apresentação das propostas de cada grupo e a troca de percepções e avaliações sobre as ações recomendadas. Após a Oficina, cada proposta discutida foi sistematizada e articulada entre si e com as agendas globais de desenvolvimento no formato de eixos e ações programáticas apresentadas na seção 4.



Figura 2: Exemplo de "caixa de ferramenta visual" utilizada durante a Oficina de Imersão.

Legenda: (1) 1ª coluna: possíveis novas ações; (2) círculo: possíveis novos espaços da cidade; e (3) 2ª e 3ª colunas: possíveis atores e programas existentes para expandir e fortalecer as ações propostas.

e. Síntese das discussões

Grupo A

- A produção agrícola familiar local, assim como as hortas comunitárias, teriam um papel fundamental no impulsionamento de atividades econômicas e, ao mesmo tempo, que geram renda, produzem alimentos e abastecem o consumo local. Este tipo de produção pode aproveitar diferentes espaços da cidade (praças, terrenos baldios, áreas periurbanas) e possui impacto direto na paisagem e no combate aos desertos alimentares;
- O plantio de espécies frutíferas, em vias e praças, com gestão comunitária local pode ser uma estratégia de articulação de diferentes grupos, sobretudo pessoas idosas – grupo etário bastante presente em cidades interioranas de até 50 mil habitantes, como as que são atendidas pelo Programa;
 - Intervenções físicas em espaços públicos precisam considerar o padrão de mobilidade, uso e limitações de deslocamento de cada grupo.

- As feiras livres foram apontadas como locais a serem estratégicos para incidência, pois podem integrar a atividade produtiva ao consumo local e regional, além de operar como pontos focais para outras economias, como o turismo cultural, gastronomia e artesanato;
 - Infraestruturas complementares, como banheiros públicos e Wi-Fi, são apoio essenciais às feiras; e
 - A conectividade foi considerada um aspecto central para a articulação das economias locais a diversas cadeias produtivas; A instalação de Wi-Fi livre em áreas públicas pode facilitar a articulação, sobretudo quando para a assistência técnica a produtores, comerciantes e empreendedores locais.
- A economia circular pode ser uma frente de atuação importante para a reciclagem de materiais e a compostagem de orgânicos, especialmente em domicílios e feiras livres;
- A iluminação de vias e praças foi colocada como uma ação essencial para valorizar os espaços e colaborar com a sensação de segurança de áreas públicas;
 - As intervenções atuais do MCL instalam a iluminação nas praças requalificadas, mas a manutenção é de responsabilidade municipal. Neste sentido, a parceria e a gestão compartilhada foram consideradas fundamentais para garantir o serviço e gerar trabalho e renda localmente.
- As praças foram apontadas como espaços centrais para a inclusão da juventude por meio de políticas culturais, promotoras de eventos e capacitações para este grupo social, mas também para programas de trabalho e renda, como o turismo, gastronomia, manutenção de espaços públicos;
 - O papel da academia e os projetos de ensino-pesquisa-extensão foram destacados pela sua contribuição teórico-prática para diversas frentes de atuação que podem ser articuladas ao Programa, e em parceria com outras instituições e Organizações da Sociedade Civil.

As discussões do Grupo A foram sintetizadas durante a Oficina na plataforma de facilitação virtual utilizada, conforme a Figura 3.



Grupo B

- A instalação de mobiliário urbano, incluindo kits de equipamentos de esporte e lazer, foi considerada uma ação relativamente simples, mas com grande impacto na qualidade de vida da população e na qualificação urbana;
 - O acesso ao Wi-Fi livre nos espaços de convivência deve ser priorizado para ampliar a conectividade digital nos municípios, sobretudo, de menor porte.
- As melhorias na pavimentação, construção de passeios e a instalação de iluminação pública, captada pela energia solar para redução de custos, foram destacadas como ações essenciais para requalificação do sistema viário;
- A criação da rota cidadã foi proposta como estratégia de integração dos caminhos entre equipamentos públicos, pontos de ônibus e escolas;
 - As vias devem ser acessíveis para pessoas com deficiência, garantindo mobilidade e acessibilidade aos diferentes espaços; e
 - O percurso escolar pode ser um dos critérios de seleção para qualificação do sistema viário, agregando atividades de conscientização para as crianças sobre arborização urbana, segurança do espaço público, descarte apropriado de lixo e reciclagem, entre outros temas de direito à cidade.
- A construção de quadras poliesportivas foi o equipamento público mais citado por contribuir para o uso dos espaços públicos enquanto locais destinados ao esporte e lazer da população, em especial para jovens e crianças;
 - O paisagismo e a arborização também foram temas destacados por proporcionar a valorização da biodiversidade, melhora do microclima, aumento da permeabilidade do solo, embelezamento da cidade e conexão direta com a criação de viveiros e hortas comunitárias. Ações pontuais de arborização urbana foram citadas como insuficientes se não forem articuladas com atividades permanentes de educação socioambiental.

- A Segurança Alimentar e Nutricional foi considerada uma dimensão imprescindível para combater os desertos alimentares e as desigualdades socioeconômicas dos municípios;
 - Para complementar a dimensão da Segurança Alimentar foram citados o fortalecimento das feiras livres, hortas comunitárias e cultivo de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) ou espécies mais rústicas e adequadas ao clima, além do uso de terrenos ociosos, canteiros centrais ou espaços livres embaixo de linhas de alta tensão como os espaços urbanos de incidência e de aproximação entre produtores e consumidores locais.
- A geração de trabalho e renda, em especial durante a execução das obras ou manutenção das intervenções, foi considerada uma dimensão transversal e essencial para ampliar os impactos do Programa, principalmente se integrada a oferta de oficinas de formação e treinamento profissional; e
- A parceria com a academia, instituições federais, entidades de classe e Organizações da Sociedade Civil foi destacada como fundamental para viabilizar novas frentes de atuação, escalar o Programa e diversificar as fontes de investimento.

As discussões do Grupo B foram sintetizadas durante a Oficina na plataforma de facilitação virtual utilizada, conforme Figura 4.

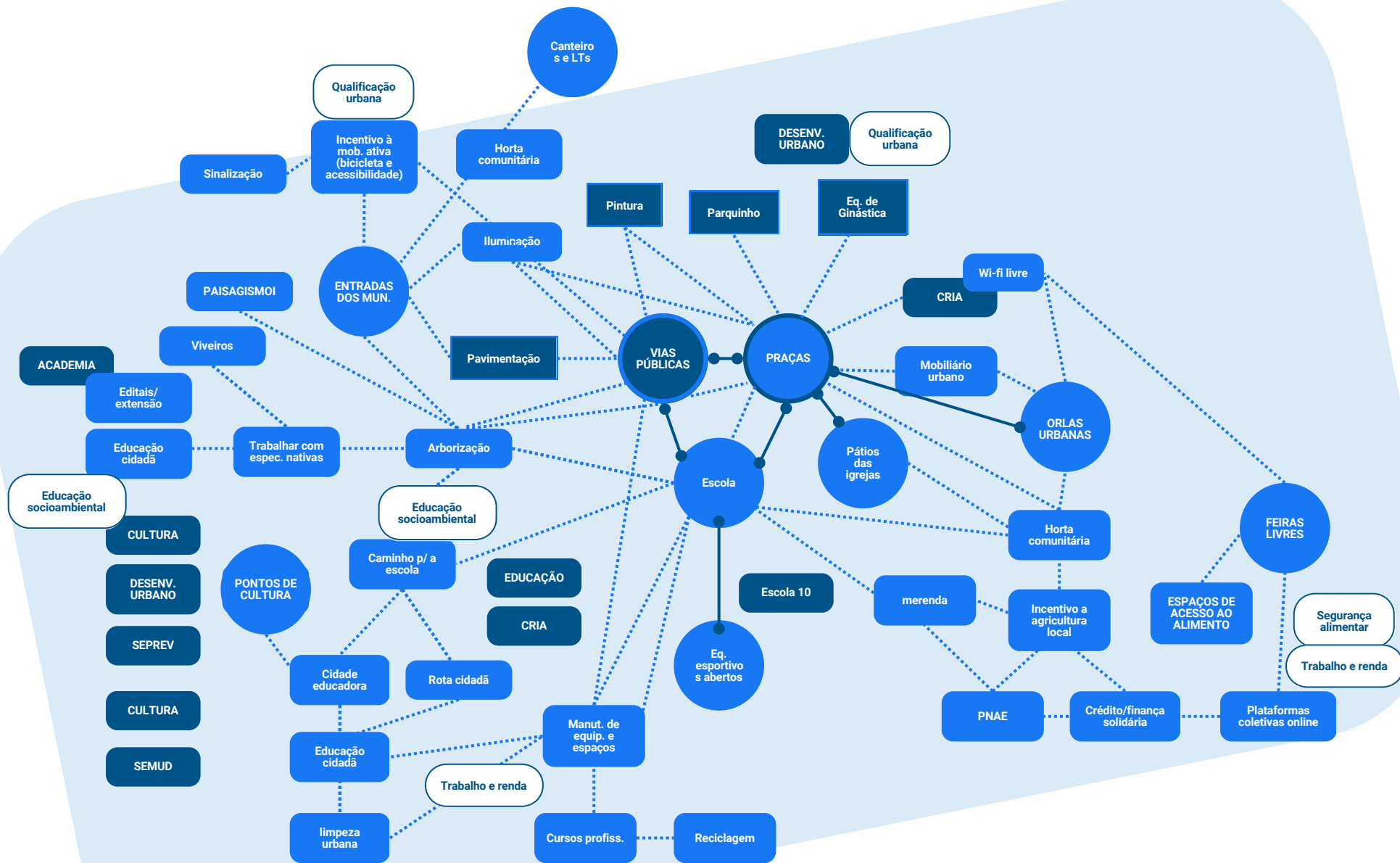


Figura 4: Diagrama síntese das discussões - Grupo B



Oficina online realizada com diversos atores para imersão no Programa Minha Cidade Linda

4

Capítulo 4

Recomendações para o Programa Minha Cidade Linda

As recomendações propostas buscam ampliar o portfólio de ações, envolver diferentes atores para implementação de iniciativas transversais, potencializar os impactos a médio e longo prazo, e contribuir para a sustentabilidade de um programa integrado de desenvolvimento territorial.

Seis eixos programáticos foram propostos:

- **Qualificação urbana**
- **Educação socioambiental**
- **Segurança Alimentar e Nutricional**
- **Emprego, trabalho e renda**
- **Cultura**
- **Inclusão digital**

Para cada eixo, estão listados os objetivos, ações programáticas e conexões com os ODS e as dimensões e compromissos da NAU.

Nos quadros das **ações programáticas** constam os objetivos específicos, atores a serem envolvidos e parcerias sugeridas, programas correlacionados, espaços da cidade para incidência das propostas, conexão com outros eixos, ações programáticas e intervenções já existentes no Programa, e recomendações gerais.

Dimensões da Nova Agenda Urbana



A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana

A **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade.

O **ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis** contém sete metas, sendo três relacionadas aos meios de implementação, e busca “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”.

O ONU-Habitat é o responsável pela implementação do ODS 11 e por monitorar metas urbanas presentes em outros ODS. A **localização dos ODS** é o processo de levar em consideração os contextos locais, tanto para alcançar os objetivos e metas globais, como para estabelecer políticas públicas e seus indicadores de monitoramento e avaliação.

A **Nova Agenda Urbana (NAU)**, adotada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) em 2016, é um documento orientado para a ação que busca definir padrões globais para o desenvolvimento urbano sustentável, funcionando como uma aceleradora da implementação da Agenda 2030 e dos meios pelos quais os ODS podem ser alcançados.

Para conhecer mais sobre as agendas globais, acesse:

Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável:

<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Nova Agenda Urbana: bit.ly/nauptbr

Nova Agenda Urbana Ilustrada: bit.ly/nauilustrada



Eixo Programático 1: Qualificação urbana

As ações de qualificação urbana estão no centro do Programa Minha Cidade Linda. Portanto, aprimorar as intervenções nos espaços públicos dos municípios pode torná-los territórios promotores do desenvolvimento urbano sustentável de Alagoas.

Objetivo

- Propor intervenções físicas complementares para ampliar o portfólio de ações do Programa e as possibilidades de articulação com os demais eixos programáticos, de modo a potencializar os seus impactos.

Conexão com os ODS



Conexão com a NAU

Dimensões



Compromissos transformadores

- **Desenvolvimento urbano sustentável para a inclusão social e a erradicação da pobreza**
 - 25 (erradicar a pobreza)
 - 36 (promover o acesso de pessoas com deficiência)
 - 37 (criar espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade)
- **Prosperidade urbana sustentável e inclusiva e oportunidades para todos**
 - 53 (gerar valor social e econômico)
- **Desenvolvimento urbano ambientalmente sustentável e resiliente**
 - 67 (criar redes bem conectadas e bem distribuídas)

Ações programáticas

1. Iluminação pública
2. Banheiro público
3. Wi-Fi nas praças
4. Arborização de vias
5. Rota cidadã
6. Quadras esportivas
7. Mobiliário urbano

Planejamento e gestão do desenvolvimento espacial urbano

- 100 (promover a mobilidade de pedestres e ciclistas)
- 113 (facilitar o deslocamento seguro e saudável à escola)
- 118 (melhorar eficiência, conectividade, acessibilidade)

1. Qualificação urbana



Promover espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, incluindo ruas, calçadas, ciclofaixas e ciclovias, praças, orlas, jardins e parques que sejam áreas multifuncionais para interação e inclusão social, saúde e bem-estar humanos, trocas econômicas, expressões culturais e diálogo entre uma ampla variedade de pessoas e culturas, e que sejam desenhados e geridos para assegurar o desenvolvimento humano, para construir sociedades pacíficas, inclusivas e participativas, bem como promover a vida coletiva, a conectividade e a inclusão social (Nova Agenda Urbana, 2016).

1.1 Iluminação pública

Objetivo

- Implementar postes de luz apropriados para passeios públicos.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais
- Equatorial Energia Alagoas

Programas correlacionados

- Programas governamentais ou privados relacionados à energia elétrica

Espaços da cidade

- Vias públicas

Conexão com outros eixos programáticos

- 5: Cultura

Conexão com ações programáticas

- 1.5: Rota cidadã
- 5.1: Gastronomia
- 5.2: Artesanato
- 5.3: Eventos culturais
- 5.4: Eventos esportivos

Conexão com ações já existentes no MCL

- Requalificação de praças
- Intervenções no sistema viário



Recomendações



- Executar a intervenção conforme demanda municipal e da população, seguindo premissas de segurança (iluminação durante a noite) e de conforto (qualificação dos espaços utilizados por pedestres);
- Priorizar rotas com trânsito significativo de pedestres, sobretudo, as que servem de trajetos para centros comerciais, áreas escolares, equipamentos de saúde, praças e outros usos relevantes;
- Estabelecer parceria com o poder público municipal e concessionárias de energia elétrica de modo a adotar soluções econômicas, duradouras, ecologicamente sustentáveis e de fácil manutenção (preferencialmente a alimentação solar com baixo custo); e
- Pactuar, entre os atores e parceiros propostos, as responsabilidades quanto às despesas da infraestrutura a ser instalada e sua manutenção.



1.2 Banheiro público

Objetivo

- Implementar banheiros em espaços públicos para servir como infraestrutura de suporte a eventos, atividades turísticas ou econômicas.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais
- BRK Ambiental

Programas correlacionados

- Praças, orlas, largos

Espaços da cidade

- Vias públicas

Conexão com outros eixos programáticos

- 5: Cultura

Conexão com ações programáticas

- 5.1: Gastronomia
- 5.2: Artesanato
- 5.3: Eventos culturais
- 5.4: Eventos esportivos

Conexão com ações já existentes no MCL

- Requalificação de praças

Recomendações

- Adotar as normas vigentes de acessibilidade universal; e
- Adotar o despejo de efluentes segundo métodos adequados de saneamento básico, dando preferência à instalação de rede de coleta de esgoto, quando ela não existir previamente.



1.3 WI-FI nas praças

Objetivo

- Implementar equipamentos de conexão à internet sem fio, com disponibilidade livre e gratuita em áreas públicas, para potencializar as atividades recreativas, culturais, turísticas e econômicas.

Atores e parcerias

- Ministério das Comunicações
- Governo de Alagoas, em especial, a Secti
- Prefeituras Municipais

Programas correlacionados

- Ministério das Comunicações: Wi-Fi na Praça
- Governo de Alagoas: Oxetech Lab, Oxetech Work

Espaços da cidade

- Praças, orlas, largos, vias públicas

Conexão com outros eixos programáticos

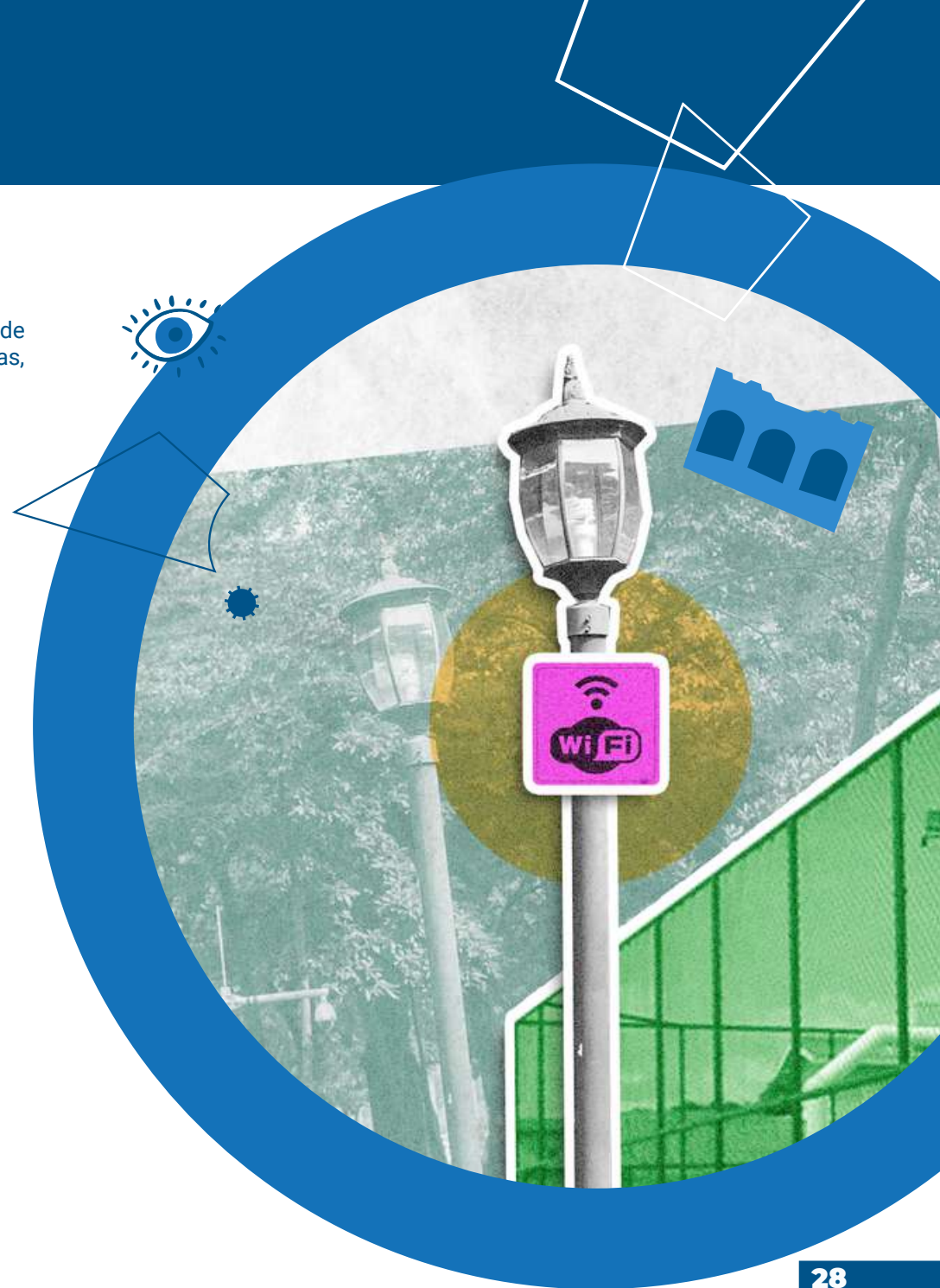
- 5: Cultura
- 6: Inclusão digital

Conexão com ações programáticas

- 5.1: Gastronomia
- 5.2: Artesanato
- 5.3: Eventos culturais
- 6.1: Inclusão digital

Conexão com ações já existentes no MCL

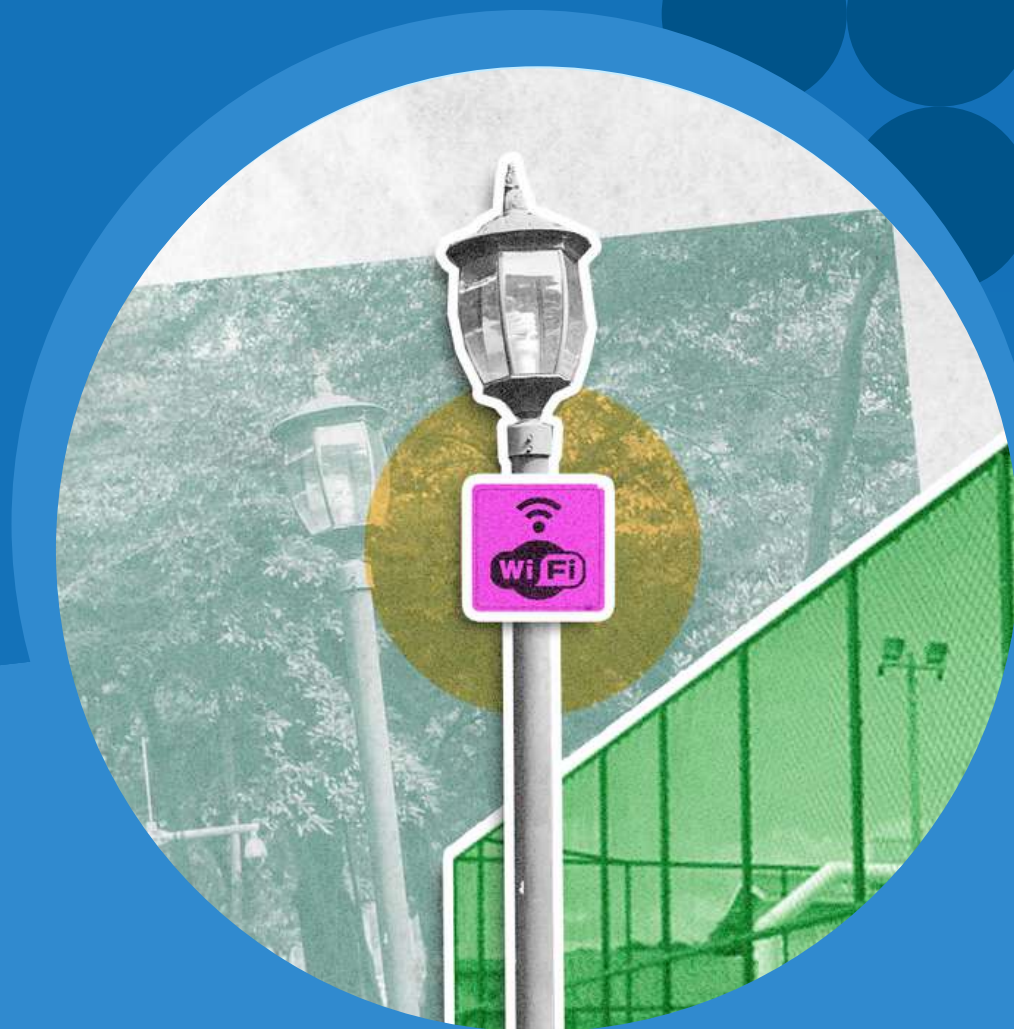
- Requalificação de praças



Recomendações



- Mapear possíveis parcerias com o setor privado para financiar a instalação do serviço e sua manutenção;
- Estabelecer parcerias entre as diferentes esferas do poder público para a instalação dos equipamentos e da infraestrutura necessária ao serviço de Wi-Fi, inclusive considerando eventuais obras estruturais; e
- Pactuar, entre os atores e parceiros propostos, a responsabilidade sobre a gestão, manutenção e custos para garantir um serviço contínuo, seguro, confiável e de qualidade.



1.4 Arborização de vias*

1.5 Rota Cidadã

Objetivo

- Implementar rota de descolamento seguro e inclusivo em áreas estratégicas para incentivar a mobilidade ativa.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais

Programas correlacionados

- Programas previstos nos Planos de Mobilidade Municipais e Estadual

Espaços da cidade

- Vias públicas

Conexão com outros eixos programáticos

- 2: Educação socioambiental
- 5: Cultura

Conexão com ações programáticas

- 1.1: Iluminação pública
- 2.7: Arborização urbana
- 5.3: Eventos culturais
- 5.4: Eventos esportivos

Conexão com ações já existentes no MCL

- Requalificação de praças
- Pavimentação de vias



* Conferir ação programática 2.7



Recomendações



- Identificar rotas de pedestres, preferencialmente entre pontos de transporte coletivo e escolas, praças e postos de saúde, incluindo:
 - Sinalização vertical e horizontal de trânsito adequada ao fluxo de pedestres (placas indicativas, semáforos, lombadas, faixas elevadas);
 - Pavimentação, rampas, sinalização e nivelamento de piso conforme as normas vigentes de acessibilidade universal;
 - Sinalização visual e sonora de apoio à mobilidade de cuidadores(as) e da população vulnerabilizada; e
 - Sinalização de rotas seguras para bicicletas e trajetos escolares.
- Inserir no portfólio de mobiliário urbano do Programa paraciclos metálicos a serem instalados em praças e calçadas (quando houver espaço suficiente sem prejuízo ao fluxo de pessoas) de áreas movimentadas, como ruas comerciais ou entorno de escolas, postos de saúde, ginásios esportivos.



1.6 Quadras esportivas

Objetivo

- Implementar quadras poliesportivas para atividades esportivas, de lazer e outros tipos de eventos sociais.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais

Programas correlacionados

- Programas governamentais ou privados relacionados ao esporte e lazer

Espaços da cidade

- Praças, orlas, largos

Conexão com outros eixos programáticos

- 5: Cultura

Conexão com ações programáticas

- 1.1: Iluminação pública
- 1.2: Banheiro público
- 1.3: Wi-Fi nas praças
- 5.3: Eventos culturais
- 5.4: Eventos esportivos

Conexão com ações já existentes no MCL

- Requalificação de praças

Recomendações

- Adotar as normas vigentes de acessibilidade universal;
- Adotar iluminação pública duradoura, de fácil manutenção, baixo custo e que garanta o uso, sobretudo, noturno das quadras; e
- Instalar banheiros públicos como apoio às quadras esportivas, prevendo, preferencialmente, áreas de vestiário, com chuveiros e armários.



1.7 Mobiliário urbano

Objetivo

- Implementar mobiliário urbano em espaços públicos, destinado a diferentes públicos, como crianças, jovens e pessoas idosas.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais

Programas correlacionados

- Programas governamentais relacionados à manutenção urbana

Espaços da cidade

- Praças, orlas, largos, vias públicas, feiras, espaços de permanência

Conexão com outros eixos programáticos

- 2: Educação socioambiental
- 6: Cultura

Conexão com ações programáticas

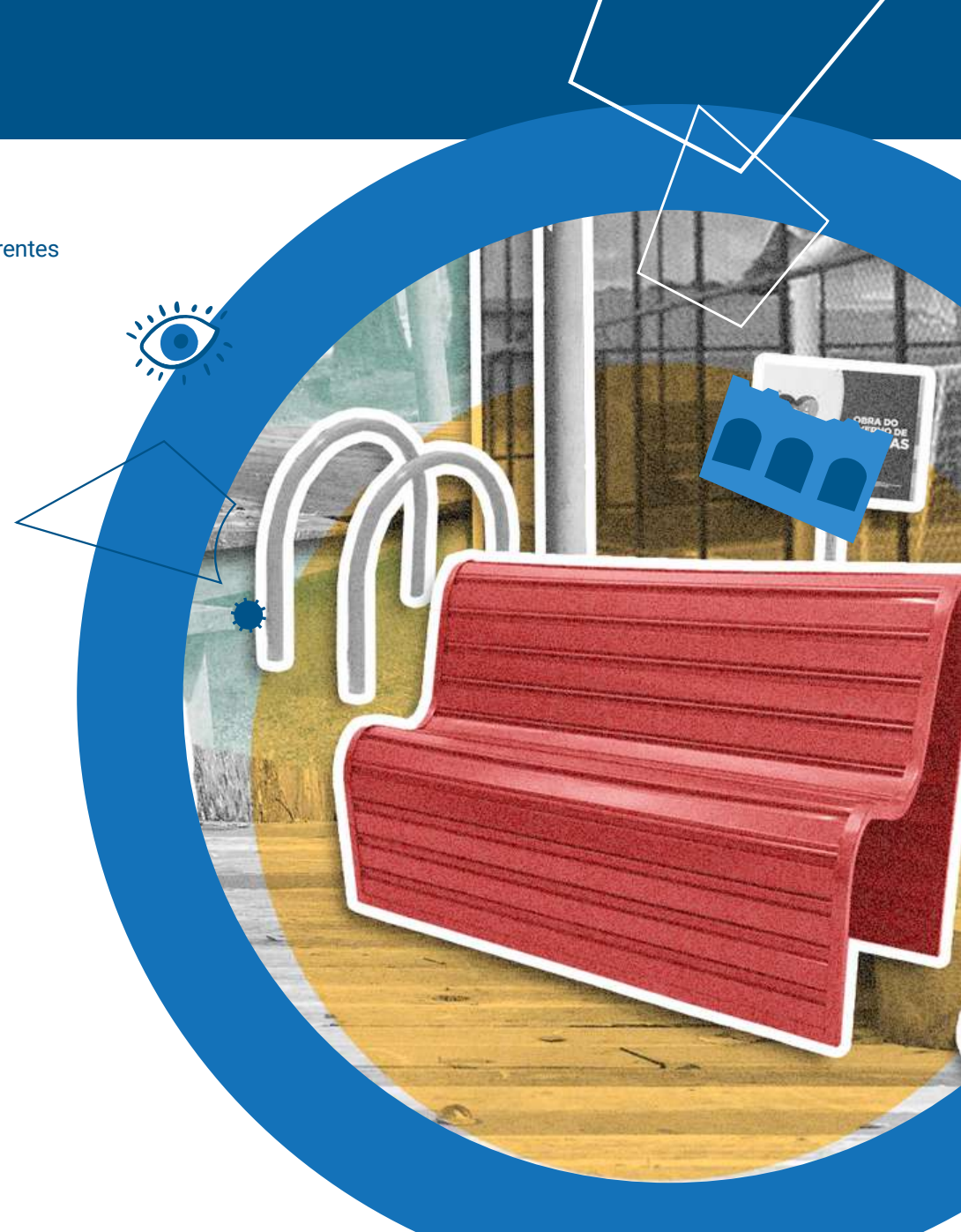
- 1.1: Iluminação pública
- 1.2: Banheiro público
- 1.3: Wi-Fi nas praças
- 1.5: Rota cidadã
- 2.7: Arborização
- 5.3: Eventos culturais
- 5.4: Eventos esportivos

Conexão com ações já existentes no MCL

- Requalificação de praças

Recomendações

- Adotar as normas vigentes de acessibilidade universal e mobiliário urbano duradouro, de fácil manutenção, baixo custo e que garanta o conforto ambiental (ergonomia, ventilação, sombreamento), sobretudo durante o uso diurno dos espaços.



Quadro 1
Síntese das ações propostas para o Eixo 1 e conexão com os demais eixos e ações programáticas

EIXOS PROGRAMÁTICOS						
AÇÕES PROGRAMÁTICAS EIXO 1	Qualificação urbana	Educação socioambiental	Segurança alimentar e nutricional	Emprego, trabalho e renda	Cultura	Inclusão digital
1.1: Iluminação pública	1.5: Rota cidadã	-	-	-	5.1: Gastronomia 5.2: Artesanato 5.3: Eventos culturais 5.4: Eventos esportivos	-
1.2: Banheiro público	-	-	-	-	5.1: Gastronomia 5.2: Artesanato 5.3: Eventos culturais 5.4: Eventos esportivos	-
1.3: Wi-Fi nas praças	-	-	-	-	5.1: Gastronomia 5.2: Artesanato 5.3: Eventos culturais	6.1: Inclusão digital
1.4: Arborização de vias	-	2.7: Arborização urbana	-	-	-	-
1.5: Rota cidadã	1.1: Iluminação pública	2.7: Arborização urbana	-	-	5.3: Eventos culturais 5.4: Eventos esportivos	-
1.6: Quadras esportivas	1.1: Iluminação pública 1.2: Banheiro público 1.3: Wi-Fi nas praças	-	-	-	5.3: Eventos culturais 5.4: Eventos esportivos	-
1.7: Mobiliário urbano	1.1: Iluminação pública 1.2: Banheiro público 1.3: Wi-Fi nas praças 1.5: Rota cidadã	2.7: Arborização urbana	-	-	5.3: Eventos culturais 5.4: Eventos esportivos	-

Eixo Programático 2: Educação socioambiental

As concepções de educação, sociedade e ambiente pressupõem a compreensão de que o ser humano, com suas ações sociais e culturais, não está dissociado da natureza. Portanto, a educação socioambiental refere-se a processos pedagógicos inter-relacionados, com a principal finalidade de reconhecer o ambiente natural e antrópico como fator vital para a sobrevivência harmônica entre os seres vivos.

De maneira inversa, o entendimento equivocado desta relação leva aos desequilíbrios socioambientais, gerando graves consequências locais e globais. Assim, a compreensão dos impactos das ações cotidianas e planetárias, bem como de que os conflitos ambientais são consequências de causas político-sociais, são pontos fundamentais para uma educação com abordagem socioambiental.

A escola é o local fundamental para o desenvolvimento e a difusão de uma educação socioambiental.

Além de ser um espaço educativo formal, é também essencial para as articulações, os encontros e a construção de um conhecimento extramuro, trazendo para o seu interior a realidade e a complexidade do local onde está inserida.

Como ponto focal onde nascem e de onde irradiam as questões socioambientais, a escola pode suscitar debates e promover ações no meio físico, apoiando-se inicialmente nos seus espaços internos livres para, posteriormente, extrapolar para intervenções e discussões sobre as demais áreas livres públicas da cidade.



Para alcançar os objetivos, as seguintes etapas estruturantes são propostas:

1. Adubação da terra

- O programa de educação socioambiental a ser realizado nas escolas públicas (municipais e estaduais) deverá abordar a temática, inicialmente, junto à comunidade escolar, corpo técnico especializado e integrantes de instituições de ensino superior.

2. Plantio

- A temática socioambiental deverá integrar a rotina e as disciplinas escolares para, em seguida, se difundir pelo território da cidade por meio da implantação de hortas, pomares e plantio em áreas públicas. Este processo poderá ocorrer a partir de projetos paisagísticos participativos elaborados junto à comunidade escolar.

3. Espalhando sementes

- A apropriação das escolas e da cidade a partir de uma abordagem de educação socioambiental permitirá que outros aspectos possam ser fortalecidos, por exemplo: (1) incentivo a pequenos produtores e agricultores locais para a produção de alimentos orgânicos; (2) estímulo à implantação de viveiros de espécies nativas e frutíferas, além de hortas comunitárias; e (3) fomento à capacitação da comunidade local para atuação em projetos socioambientais.

4. Colhendo os frutos

- A abordagem socioambiental possibilitará o desdobramento de ações transversais e de valorização das potencialidades locais, como agricultura, cultura, artesanato, turismo, entre outras. Com isto, será possível fomentar o estabelecimento de comunidades e cidades mais sustentáveis e saudáveis.

Objetivos

- Promover a participação ativa da comunidade escolar e dos(as) moradores(as);
- Fortalecer o tripé do ensino, pesquisa e extensão nos territórios onde instituições de ensino estão inseridas; e
- Fomentar a interdisciplinaridade das diferentes esferas do poder público para valorizar as potencialidades sociais e ambientais de cada município.

Ações programáticas

1. Educação ambiental em escolas públicas
2. Pomares e hortas nas escolas
3. Mudanças de espécies nativas, frutíferas e sementes
4. Pequenos produtores e agricultores locais
5. Viveiros de espécies nativas e frutíferas
6. Capacitação de produtores locais
7. Arborização urbana

Conexão com os ODS



Conexão com a NAU

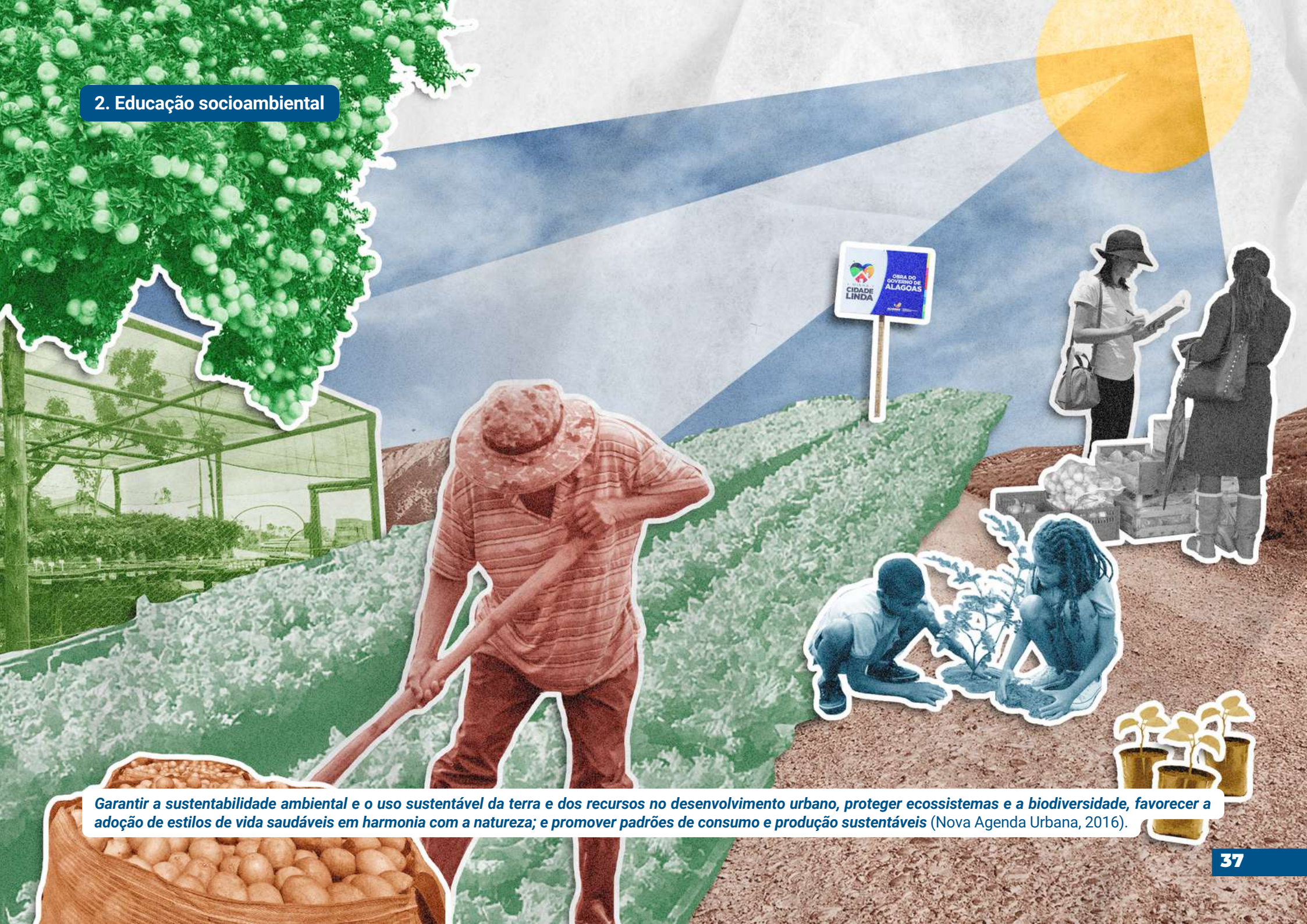
Dimensões



Compromissos transformadores

- **Prosperidade urbana sustentável e inclusiva e oportunidades para todos**
 - **56** (proporcionar conhecimentos, habilidades e equipamentos de educação)
- **Planejamento e gestão do desenvolvimento espacial urbano**
 - **95** (facilitar relações comerciais efetivas em todo o continuum urbano-rural)

2. Educação socioambiental



Garantir a sustentabilidade ambiental e o uso sustentável da terra e dos recursos no desenvolvimento urbano, proteger ecossistemas e a biodiversidade, favorecer a adoção de estilos de vida saudáveis em harmonia com a natureza; e promover padrões de consumo e produção sustentáveis (Nova Agenda Urbana, 2016).

2.1 Educação socioambiental em escolas públicas

Objetivo

- Promover ações voltadas à formação socioambiental da comunidade escolar, visando o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, físico e social.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais
- Comunidade escolar estadual e municipal
- Academia
- Embrapa

Programas correlacionados

- Governo de Alagoas: Escola 10, CRIA, Oxetech Lab, Oxetech Work
- Governo de Alagoas e Prefeituras Municipais: programas transversais relacionados à educação, meio ambiente, desenvolvimento urbano, saneamento, agricultura, cultura, saúde, turismo, trabalho e renda
- Comunidade escolar: projeto político pedagógico das escolas
- Academia: programas de extensão universitária

Espaços da cidade

- Escolas públicas estaduais e municipais, centros de educação infantil, praças e espaços livres públicos (orlas, largos, terrenos desocupados, sistema viário)

Conexão com outros eixos programáticos

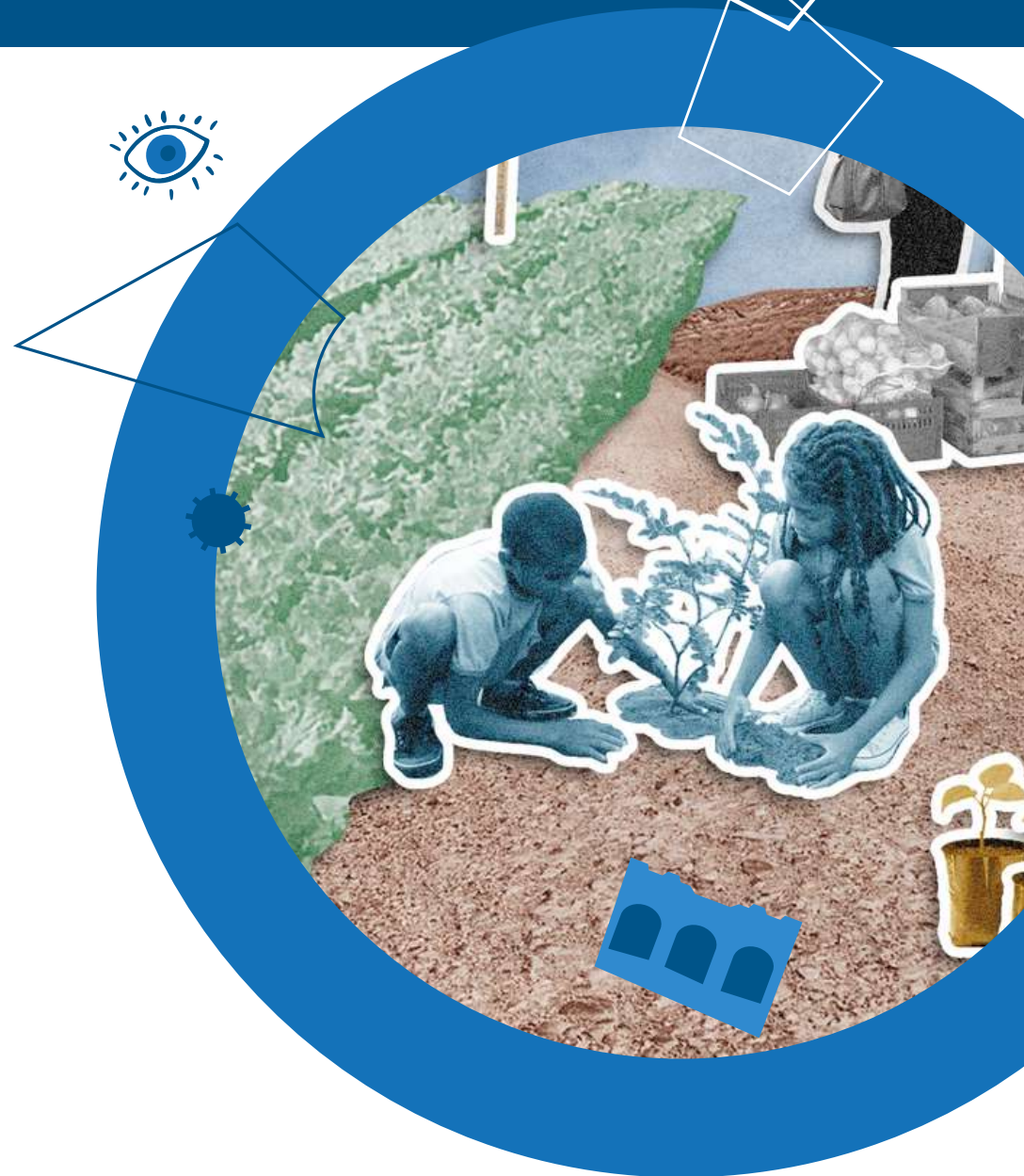
- -

Conexão com ações programáticas

- 2.2: Pomares e hortas nas escolas
- 2.3: Mudas e espécies nativas, frutíferas e sementes
- 2.5: Viveiros de espécies nativas e frutíferas
- 2.7: Arborização urbana

Conexão com ações já existentes no MCL

- -



Recomendações



- Criar um Grupo de Trabalho (GT) formado pelas diferentes esferas do poder público para articulação e comunicação permanente das ações;
- Criar uma instância multidisciplinar para execução das ações, composta por um núcleo permanente formado por:
 - (1) equipe técnica (funcionários públicos especializados ou contratações exclusivas para as áreas de educação, arte-educação, cultura, agricultura, desenvolvimento urbano);
 - (2) academia (docentes e discentes envolvidos em pesquisa, ensino e extensão);
 - (3) técnicos da Embrapa; e
 - (4) trabalhadores(as) da comunidade local; e
- Iniciar as ações nas escolas estaduais para que funcionem como polos de formação para a rede de escolas municipais.



2.2 Pomares e hortas nas escolas

Objetivo

- Implantar pomares e hortas nas escolas para favorecer o cultivo de espécies locais e a inserção de projetos socioeducativos.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais
- Comunidade escolar estadual e municipal
- Academia
- Embrapa

Programas correlacionados

- Governo de Alagoas: Escola 10 e CRIA
- Governo de Alagoas e Prefeituras Municipais: programas transversais relacionados à educação, meio ambiente, desenvolvimento urbano, agricultura e saúde
- Comunidade escolar: projeto político pedagógico das escolas
- Academia: programas de extensão universitária

Espaços da cidade

- Áreas ajardinadas e pátios das escolas estaduais e municipais, dos centros de educação infantil e dos campi técnicos e universitários

Conexão com outros eixos programáticos

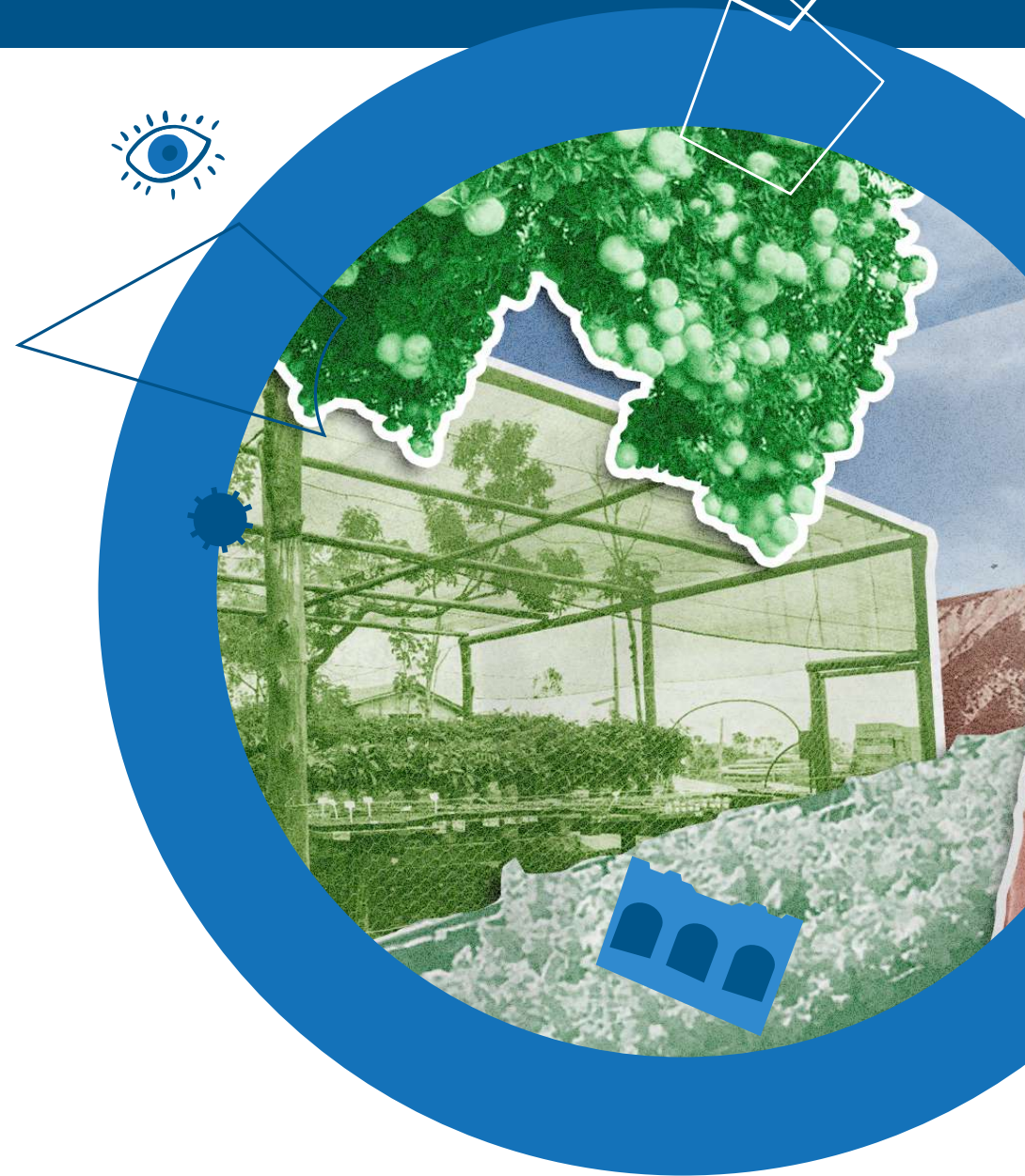
- -

Conexão com ações programáticas

- 2.1: Educação socioambiental nas escolas públicas
- 2.3: Mudas e espécies nativas, frutíferas e sementes
- 2.5: Viveiros de espécies nativas e frutíferas
- 2.7: Arborização urbana

Conexão com ações já existentes no MCL

- -



Recomendações



- Elaborar projetos paisagísticos coletivos e participativos, envolvendo docentes, discentes, técnicos e comunidade escolar, desde a concepção do projeto até o plantio e a colheita; e
- Articular, com a academia e a Embrapa, a escolha das espécies vegetais a serem plantadas, adequando-as para cada município e as suas condições físicas, ambientais, sociais e culturais, favorecendo, sobretudo, o cultivo de espécies nativas e/ou pouco produzidas comercialmente.



2.3 Mudanças de espécies nativas, frutíferas e sementes

Objetivo

- Fomentar o plantio de espécies nativas, frutíferas e sementes nas escolas e espaços públicos e privados para favorecer a preservação e a produção local.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais
- Comunidade escolar estadual e municipal
- Academia
- Embrapa

Programas correlacionados

- Governo de Alagoas: Escola 10 e CRIA
- Governo de Alagoas e Prefeituras Municipais: programas transversais relacionados à arborização urbana, educação, meio ambiente, desenvolvimento urbano, agricultura e saúde
- Comunidade escolar: projeto político pedagógico das escolas
- Academia: programas de extensão universitária

Espaços da cidade

- Para a distribuição: escolas estaduais e municipais
- Para o plantio: espaços livres públicos ou propriedade privada

Conexão com outros eixos programáticos

- 3: Segurança Alimentar e Nutricional



Conexão com ações programáticas

- 2.1: Educação socioambiental nas escolas públicas
- 2.5: Viveiros de espécies nativas e frutíferas
- 3.1: Pequenos produtores e agricultores locais
- 3.2: Hortas comunitárias

Conexão com ações já existentes no MCL

- Requalificação de praças
- Intervenções no sistema viário

Recomendações

- Articular, com a academia e a Embrapa, a escolha das espécies vegetais a serem doadas, favorecendo espécies que poderão ser cultivadas para alimentação e adequadas às condições físicas, ambientais, sociais e culturais de cada município;
- Adquirir mudas e sementes de viveiristas locais, de modo que, desde o início de sua produção, o processo seja articulado com a academia e a Embrapa; e
- Incentivar a produção local de mudas e sementes por viveiristas e agricultores locais, possibilitando a produção de espécies nativas e/ou pouco produzidas comercialmente.



2.4 Pequenos produtores e agricultores locais*

2.5 Viveiros de espécies nativas e frutíferas

Objetivo

- Incentivar a produção de espécies nativas e frutíferas com relevância histórica e cultural para cada município

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais
- Academia
- Embrapa
- Pequenos viveiristas

Programas correlacionados

- Governo e Alagoas e Prefeituras Municipais:
 - Programas transversais relacionados ao meio ambiente, desenvolvimento urbano, agricultura e trabalho e renda
 - Programa de incentivo à produção de espécies nativas
 - Programa de acesso à crédito para pequenos viveiristas
 - Programa de crédito e finanças solidárias
- Comunidade escolar: projeto político pedagógico das escolas
- Academia: programas de extensão universitária

Espaços da cidade

- Espaços privados de pequenos viveiristas, espaços públicos e/ou privados que possam ser destinados à implantação de viveiros com gestão feita por cooperativas, espaços públicos próximos aos campi técnicos e universitários que possam ser destinados à implantação de viveiros municipais

Conexão com outros eixos programáticos

- 3: Segurança Alimentar e Nutricional

* Conferir ação programática 3.1



Conexão com ações programáticas

- 2.1: Educação socioambiental nas escolas públicas
- 2.3: Mudanças de espécies nativas, frutíferas e sementes
- 2.7: Arborização urbana
- 3.1: Pequenos produtores e agricultores locais
- 3.2: Hortas comunitárias

Conexão com ações já existentes no MCL

- Requalificação de praças
- Intervenções no sistema viário

Recomendações

- Articular, com a academia e a Embrapa, o desenvolvimento de pesquisas sobre espécies vegetais e novas técnicas de produção, considerando as condições físico-ambientais e a disponibilidade local de recursos naturais;
- Conceder incentivos fiscais a pequenos viveiristas visando à produção de espécies nativas e frutíferas;
- Destinar parte das mudas de espécies nativas e frutíferas produzidas pelos pequenos viveiristas ao plantio e a arborização dos projetos de praças e sistema viário, com compra garantida pelo Governo do Estado e, eventualmente, pelas Prefeituras Municipais; e
- Destinar as mudas de espécies nativas e frutíferas produzidas pelos pequenos viveiristas a outros projetos desenvolvidos pelo Governo do Estado e Prefeituras Municipais.



2.6 Capacitação de trabalhadores locais*

2.7 Arborização urbana

Objetivo

- Incentivar a arborização urbana, com espécies nativas e frutíferas, para garantir o conforto ambiental do sistema viários e dos espaços públicos.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais
- Embrapa

Programas correlacionados

- Governo de Alagoas e Prefeituras Municipais: programas transversais relacionados ao meio ambiente e manutenção urbana

Programa inspiração

- Prefeitura Municipal de Diadema (SP): Uma Fruta no Quintal (Anexo 1)

Espaços da cidade

- Calçadas, ruas e vias de pedestres

Conexão com outros eixos programáticos

- 1: Qualificação urbana

Conexão com ações programáticas

- 1.1: Iluminação pública
- 2.3: Mudanças de espécies nativas, frutíferas e sementes
- 2.5: Viveiros de espécies nativas e frutíferas

Conexão com ações já existentes no MCL

- Requalificação de praças
- Intervenções no sistema viário

* Conferir ação programática 4.1



Recomendações



- Realizar análise do sistema viário existente, identificando as rotas percorridas para acessar equipamentos públicos, com a finalidade de qualificar os percursos com espécies que produzam sombra e raízes que não danifiquem a pavimentação;
- Mobilizar a população local, por meio da educação socioambiental nas escolas, para o plantio, cuidados, limpeza e manutenção das espécies plantadas; e
- Fomentar mutirões de plantio para envolver diretamente a população beneficiada na manutenção e zeladoria urbana.



Quadro 2
Síntese das ações propostas para o Eixo 2 e conexão com os demais eixos e ações programáticas

EIXOS PROGRAMÁTICOS						
AÇÕES PROGRAMÁTICAS EIXO 2	Qualificação urbana	Educação socioambiental	Segurança alimentar e nutricional	Emprego, trabalho e renda	Cultura	Inclusão digital
2.1: Educação ambiental em escolas públicas	-	2.2: Pomares e hortas nas escolas 2.3: Mudanças e espécies nativas, frutíferas e sementes 2.5: Viveiros de espécies nativas e frutíferas 2.7: Arborização urbana	-	-	-	-
2.2: Pomares e hortas nas escolas	-	2.1: Educação socioambiental nas escolas públicas 2.3: Mudanças e espécies nativas, frutíferas e sementes 2.5: Viveiros de espécies nativas e frutíferas 2.7: Arborização urbana	-	-	-	-
2.3: Mudanças de espécies nativas, frutíferas e sementes	-	2.1: Educação socioambiental nas escolas públicas 2.5: Viveiros de espécies nativas e frutíferas	3.1: Pequenos produtores e agricultores locais 3.2: Hortas comunitárias	-	-	-
2.4: Pequenos produtores e agricultores locais	-	-	3.1: Pequenos produtores e agricultores locais	-	-	-
2.5: Viveiros de espécies nativas e frutíferas	-	2.1: Educação socioambiental nas escolas públicas 2.3: Mudanças de espécies nativas, frutíferas e sementes 2.7: Arborização urbana	3.1: Pequenos produtores e agricultores locais 3.2: Hortas comunitárias	-	-	-
2.6: Capacitação de trabalhadores locais	-	-	-	4.1: Educação para o trabalho e qualificação profissional	-	-
2.7: Arborização urbana	1.1: Iluminação pública	2.3: Mudanças de espécies nativas, frutíferas e sementes 2.5: Viveiros de espécies nativas e frutíferas	-	-	-	-

Eixo Programático 3: Segurança Alimentar e Nutricional



A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), de acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), consiste na realização do direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Objetivo

- Incentivar a produção de alimentos para o abastecimento local, de modo a articulá-la com estratégias de desenvolvimento social e econômico.

Ações programáticas

1. Pequenos produtores e agricultores locais
2. Hortas comunitárias

Conexão com os ODS



Conexão com a NAU

Dimensões

Compromissos transformadores

- **Planejamento e gestão do desenvolvimento espacial urbano**
 - **95** (facilitar relações comerciais efetivas em todo o continuum urbano-rural)
 - **123** (coordenar políticas de agricultura e de segurança alimentar sustentáveis)

A pandemia da COVID-19, o empobrecimento da população e a intensificação das desigualdades sociais impactaram a Segurança Alimentar e Nutricional da população mais vulnerabilizada do país, fazendo com que o Brasil retornasse ao “Mapa da Fome” em 2022.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) define a insegurança alimentar quando um indivíduo não possui acesso físico, econômico e social a alimentos de forma a satisfazer as suas necessidades.

Em 2022, o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 (II VIGISAN), realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), divulgou o aumento do número de domicílios com moradores passando fome.

O percentual aumentou de 9% (19,1 milhões de pessoas) para 15,5% (33,1 milhões) em três graus diferentes: (1) leve: acesso incerto em um futuro próximo e/ou a qualidade da alimentação já está comprometida; (2) moderado: quantidade insuficiente de alimentos; e (3) grave: privação no consumo de alimentos e fome.

Disponível em: olheparaafome.com.br

3. Segurança alimentar e nutricional



Promover a integração da segurança alimentar e das necessidades nutricionais dos moradores das cidades, particularmente da população afetada pela pobreza urbana, no planejamento urbano e territorial para erradicar a fome e a desnutrição (Nova Agenda Urbana, 2016).

3.1 Pequenos produtores e agricultores locais

Objetivo

- Fomentar a produção de alimentos e adubos orgânicos por pequenos produtores e agricultores locais para melhorar a nutrição e garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais
- Academia
- Embrapa
- Pequenos produtores e agricultores familiares

Programas correlacionados

- Governo Federal: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
- Governo de Alagoas: Escola 10 e CRIA
- Governo de Alagoas e Prefeituras Municipais:
 - Programas transversais relacionados ao meio ambiente, agricultura, saúde e trabalho e renda
 - Programa voltados à erradicação da fome
 - Programa de acesso ao crédito para pequenos produtores e agricultores locais
 - Programa de crédito e finanças solidárias
- Comunidade escolar: projeto político pedagógico das escolas
- Academia: programas de extensão universitária

Espaços da cidade

- Espaços privados de pequenos produtores e agricultores locais destinados à produção de alimentos e adubo orgânico, espaços públicos e/ou privados que possam ser destinados à produção feita por cooperativas



Conexão com outros eixos programáticos

- 2: Educação socioambiental
- 4: Emprego, trabalho e renda

Conexão com ações programáticas

- 2.3: Mudanças de espécies nativas, frutíferas e sementes
- 2.5: Viveiros de espécies nativas e frutíferas
- 4.4: Crédito e finanças solidárias

Conexão com ações já existentes no MCL

- Requalificação de praças
- Intervenções no sistema viário

Recomendações

- Articular, com a academia e a Embrapa, o desenvolvimento de pesquisas sobre espécies vegetais e novas técnicas de produção, considerando as condições físico-ambientais e a disponibilidade local de recursos naturais;
- Conceder crédito e incentivos fiscais a pequenos produtores e agricultores locais para que os alimentos e adubo orgânico tenham valor de mercado competitivo em comparação à produção de maior escala, visando à comercialização em feiras livres e o acesso da população a alimentos de maior qualidade;
- Destinar parte da produção de alimentos orgânicos de pequenos produtores e agricultores locais à alimentação escolar conforme diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de modo que a compra seja garantida pelo poder público estadual ou municipal.



3.2 Hortas comunitárias

Objetivo

- Implantar hortas comunitárias para favorecer o cultivo de espécies locais e a inserção de projetos socioeducativos nos espaços públicos.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais
- Comunidade escolar estadual e municipal
- Associações e/ou organizações comunitárias
- Academia
- Embrapa

Programas correlacionados

- Governo de Alagoas: Escola 10 e CRIA
- Governo de Alagoas e Prefeituras Municipais:
 - Programas transversais relacionados à educação, meio ambiente, agricultura, saúde e assistência social
 - Programas voltados à produção de alimentos de forma solidária
 - Programas voltados à erradicação da fome
 - Programas de incentivo à produção de espécies nativas
- Comunidade escolar: projeto político pedagógico das escolas
- Academia: programas de extensão universitária

Espaços da cidade

- Praças, orlas, terrenos desocupados e baldios, pátios das igrejas

Conexão com outros eixos programáticos

- 2: Educação socioambiental
- 4: Emprego, trabalho e renda



Conexão com ações programáticas

- 2.1: Educação socioambiental nas escolas públicas
- 2.3: Mudanças de espécies nativas, frutíferas e sementes
- 2.5: Viveiros de espécies nativas e frutíferas
- 4.3: Alternativas de trabalho e renda

Conexão com ações já existentes no MCL

- Requalificação de praças
- Intervenções no sistema viário

Recomendações

- Articular, com a academia e a Embrapa, o desenvolvimento de pesquisas sobre espécies vegetais e novas técnicas de produção, considerando as condições físico-ambientais e a disponibilidade local de recursos naturais;
- Envolver diretamente a comunidade escolar e a população residente no processo de implantação e gestão das hortas comunitárias;
- Criar a governança da gestão das hortas comunitárias entre o poder público e a população residente (organizada em coletiva ou individualmente);
- Priorizar a implementação das hortas comunitárias com recursos públicos;
- Promover ações para fortalecimento das alternativas de trabalho e renda como resultado da produção local das hortas comunitárias; e
- Adquirir, de pequenos produtores e agricultores locais ou de programas desenvolvidos pela academia e a Embrapa, as mudas e sementes das espécies alimentícias a serem cultivadas nas hortas comunitárias.



Quadro 3

Síntese das ações propostas para o Eixo 3 e conexão com os demais eixos e ações programáticas



EIXOS PROGRAMÁTICOS						
AÇÕES PROGRAMÁTICAS EIXO 3	Qualificação urbana	Educação socioambiental	Segurança alimentar e nutricional	Emprego, trabalho e renda	Cultura	Inclusão digital
3.1: Pequenos produtores e agricultores locais	-	2.3: Mudanças de espécies nativas, frutíferas e sementes 2.5: Viveiros de espécies nativas e frutíferas	-	4.4: Crédito e finanças solidárias	-	-
3.2: Hortas comunitárias	-	2.1: Educação socioambiental nas escolas públicas 2.3: Mudanças de espécies nativas, frutíferas e sementes 2.5: Viveiros de espécies nativas e frutíferas	-	4.3: Alternativas de trabalho e renda	-	-

Eixo Programático 4: Emprego, trabalho e renda

Os impactos do Programa Minha Cidade Linda podem ser fortalecidos com o desenvolvimento das capacidades locais e a articulação de ações que promovam o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno. Estes objetivos podem ser impulsionados a partir da constituição de territórios propulsores de inovação, tecnologia e oportunidades sociais e econômicas. Por este motivo, as recomendações deste eixo são aquelas com maior potencial de transversalidade em relação às demais ações propostas

Objetivos

- Articular iniciativas, recursos, instrumentos e atores em prol do desenvolvimento local;
- Fomentar a criação de vagas de emprego e a geração de oportunidades de trabalho e renda; e
- Potencializar transversalmente as demais ações programáticas.

Conexão com os ODS



Ações programáticas

1. Educação para o trabalho e qualificação profissional
2. Acesso ao mercado de trabalho
3. Alternativas de trabalho e renda
4. Crédito e finanças solidárias
5. Trabalho e renda com reciclagem de resíduos sólidos
6. Inovação e tecnologia para o trabalho e renda

Conexão com a NAU

Dimensões



Compromissos transformadores

- **Prosperidade urbana sustentável e inclusiva e oportunidades para todos**
 - **56** (proporcionar conhecimentos, habilidades e equipamentos para uma economia urbana inovadora e competitiva)
 - **57** (promover emprego pleno e produtivo, trabalho digno e oportunidades de subsistência)
 - **61** (promover o acesso dos jovens à educação, à capacitação e ao emprego)

4. Emprego, trabalho e renda



O crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, com emprego pleno e produtivo e trabalho digno é um elemento fundamental do desenvolvimento urbano e territorial sustentável e para que as cidades e os assentamentos humanos sejam lugares de igualdade de oportunidades, permitindo às pessoas viverem uma vida saudável, produtiva, próspera e plena (Nova Agenda Urbana, 2016).

4.1 Educação para o trabalho e qualificação profissional

Objetivos

- Fomentar a qualificação profissional e vocacional, a partir do “saber-fazer”, para ampliar as oportunidades de inserção, reinserção e permanência no mercado de trabalho; e
- Promover a educação, orientação e qualificação profissional alinhada à captação de vagas e à demanda de necessidades das pessoas em situação de desemprego.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais
- Academia
- Embrapa
- Instituições do Sistema S
- Associações e/ou organizações comunitárias
- Entidades de classe e sindicatos
- Organizações da Sociedade Civil

Programas correlacionados

- Ministério do Desenvolvimento Social: Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho)
- Governo de Alagoas e Prefeituras Municipais: programas transversais relacionados à educação, meio ambiente, desenvolvimento urbano, agricultura, cultura, obras urbanas, saúde, saneamento, geração de trabalho e renda, turismo, assistência social
- Empresas: programas de responsabilidade social
- Academia: programas de extensão universitária

Espaços da cidade

- Equipamentos públicos e/ou particulares que possam abrigar programas de qualificação profissional, campi de instituições técnicas e universitárias, sede de instituições do Sistema S, associações e/ou organizações comunitárias, sede de empresas privadas, entidades de classe, sindicatos e Organizações da Sociedade Civil, pontos de atendimento itinerantes, canteiros de obras

Conexão com outros eixos programáticos

- 6: Inclusão digital



Conexão com ações programáticas

- 4.2: Acesso ao mercado de trabalho
- 6.1: Inclusão digital
- 6.2: Capacitação de técnicos(as) sociais
- 6.3: Capacitação de organizações sociais

Conexão com ações já existentes no MCL

- Requalificação de praças
- Intervenções no sistema viário

Recomendações



- Elaborar diagnóstico da demanda de necessidades das pessoas em situação de desemprego;
- Criar banco de talentos para ampliar as oportunidades de renda das vocações locais;
- Promover oficinas de orientação vocacional e profissional para inserção e reinserção no mercado de trabalho;
- Promover e/ou facilitar cursos de qualificação profissional em conjunto com instituições do Sistema S, empresas privadas, academia, entidades de classes, sindicatos;
- Promover e/ou facilitar cursos de profissional da população para a execução, gestão e manutenção das ações do Programa Minha Cidade Linda por meio da contratação direta pelo poder público estadual ou municipal;
- Implementar programas para elevação da escolaridade de trabalhadores(as) que buscam inserção, reinserção e permanência no mercado de trabalho; e
- Implementar programas de formação de gestores públicos, sobretudo municipais, para fortalecer o ambiente de inovação, novas tecnologias e desenvolvimento econômico local.



4.2 Acesso ao mercado de trabalho

Objetivo

- Orientar e apoiar o trabalhador visando a sua inserção, reinserção ou permanência no mercado de trabalho, a geração de emprego, trabalho e renda e a melhoria das condições de vida.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais
- Academia
- Embrapa
- Instituições do Sistema S
- Associações e/ou organizações comunitárias
- Entidades de classe e sindicatos
- Organizações da Sociedade Civil

Programas correlacionados

- Governo de Alagoas e Prefeituras Municipais: programas transversais relacionados à geração de trabalho e renda
- Empresas: programas de responsabilidade social
- Academia: programas de extensão universitária

Espaços da cidade

- Equipamentos públicos, campi de instituições técnicas e universitárias, sede de instituições do Sistema S, associações e/ou organizações comunitárias, sede de empresas privadas, entidades de classe, sindicatos e Organizações da Sociedade Civil, pontos de atendimento itinerantes, canteiros de obras

Conexão com outros eixos programáticos

- 4: Cultura
- 6: Inclusão digital



Conexão com ações programáticas

- 4.1: Educação para o trabalho e qualificação profissional
- 5.1: Gastronomia
- 5.2: Artesanato
- 6.1: Inclusão digital
- 6.2: Capacitação de técnicos(as) sociais
- 6.3: Capacitação de organizações sociais

Conexão com ações já existentes no MCL

- Requalificação de praças
- Intervenções no sistema viário

Recomendações



- Definir estratégias para absorver a mão de obra local nos serviços de execução, gestão e manutenção do Programa Minha Cidade Linda e das ações programáticas propostas;
- Dotar o Programa Minha Cidade Linda de sistemas integrados de produção e divulgação de informações sobre as vagas ofertadas para rápida participação e inserção da comunidade local;
- Implantar sistema de convocação, orientação e encaminhamento profissional para trabalhadores(as) em situação de desemprego em pontos de atendimento itinerantes e/ou em espaços previamente definidos ou diretamente com as instituições ou empresas contratantes;





- Definir estratégias de abordagem ativa nas empresas contratantes, por meio de Agentes de Captação Externa (funcionários públicos do poder público estadual ou municipal) para divulgação de serviços ofertados em banco de cadastro público, e acompanhamento periódico das empresas que apresentam maior potencial de demanda;
- Disponibilizar espaços públicos livres ou equipamentos públicos para divulgação de vagas e realização de etapas iniciais de processos seletivos (recebimento de documentação, entrevistas, dinâmicas e demais procedimentos pré-contratuais);
- Promover mutirões de orientação e emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social e demais documentos obrigatórios para o exercício da cidadania;
- Promover oficinas de capacitação para inserção, reinserção ou permanência no mercado de trabalho, em especial de jovens e pessoas em situação de vulnerabilidade;
- Articular, com os atores e parceiros propostos, a criação de oportunidades profissionais específicas para jovens, como jovem aprendiz no setor público, em equipamentos culturais e empresas locais; e
- Articular, com os atores e parceiros propostos, a criação de oportunidades profissionais específicas para pessoas com deficiência, incluindo a sensibilização das empresas para as mudanças de acessibilidade e organizacionais necessárias, para garantia da igualdade de oportunidades e participação plena de pessoas com deficiência no mercado do trabalho.



4.3 Alternativas de trabalho e renda

Objetivo

- Estimular formas alternativas de geração de trabalho e renda por meio do apoio e fomento às iniciativas autônomas e empreendedoras.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais
- Academia, em especial, incubadoras universitárias
- Embrapa
- Instituições do Sistema S
- Associações e/ou organizações comunitárias
- Entidades de classe e sindicatos
- Organizações da Sociedade Civil

Programas correlacionados

- Governo de Alagoas e Prefeituras Municipais: programas transversais relacionados à geração de trabalho e renda
- Empresas: programas de responsabilidade social
- Academia: programas de extensão universitária

Espaços da cidade

- Espaços e equipamentos públicos, campi de instituições técnicas e universitárias, sede de instituições do Sistema S, associações e/ou organizações comunitárias, sede de empresas privadas, entidades de classe, sindicatos e Organizações da Sociedade Civil, pontos de atendimento itinerantes, canteiros de obras

Conexão com outros eixos programáticos

- 1: Requalificação urbana
- 2: Educação socioambiental
- 3: Segurança Alimentar e Nutricional
- 5: Cultura
- 6: Inclusão digital



Conexão com ações programáticas

- 1.3: Wi-Fi nas praças
- 2.5: Viveiros de espécies nativas e frutíferas
- 3.1: Pequenos agricultores e agricultores locais
- 3.2: Hortas comunitárias
- 4.1: Educação para o trabalho e qualificação profissional
- 4.2: Acesso ao mercado de trabalho
- 5.1: Gastronomia
- 5.2: Artesanato
- 5.3: Eventos culturais
- 5.4: Eventos esportivos
- 6.1: Inclusão digital
- 6.2: Capacitação de técnicos (as) sociais
- 6.3: Capacitação de Organizações da Sociedade Civil

Conexão com ações já existentes no MCL

- Requalificação de praças
- Intervenções no sistema viário

Recomendações



- Apoiar a estruturação de grupos e empreendimentos socioeconômicos, com informações qualificadas e assistência técnica para implementação de gestão de projetos, incluindo fluxos e processos administrativos, de vendas, marketing, contábil, jurídico, entre outros;
- Promover oficinas de capacitação sobre gestão de projetos empreendedores, incluindo o cooperativismo e associativismo;
- Estruturar, com equipamentos físicos e logística, espaços para comercialização de produtos e serviços, incluindo pontos fixos, bases itinerantes de serviços, feiras, espaços virtuais e redes colaborativas;
- Criar selos de reconhecimento para instituições apoiadoras e consumidoras de produtos e serviços oriundos da produção local;
- Apoiar a formação e assessoria técnica para certificação de produtos locais;
- Elaborar diagnóstico das potencialidades e oportunidades para produtores e empreendedores locais;
- Mobilizar os atores estratégicos e parceiros para realização de atividades de formação e qualificação alinhadas às demandas e perspectivas de desenvolvimento local e comunitário; e
- Criar programa de capacitação e certificação para trabalhadores autônomos, incluindo um canal de intermediação de profissionais com as demandas de serviços de pessoas físicas e jurídicas.



4.4 Crédito e finanças solidárias

Objetivo

- Criar, estimular e promover serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados à geração de trabalho e renda.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais
- Academia, em especial, incubadoras universitárias
- Embrapa
- Instituições do Sistema S
- Associações e/ou organizações comunitárias
- Entidades de classe e sindicatos
- Organizações da Sociedade Civil
- Bancos e fundos comunitários e solidários

Programas correlacionados

- Governo de Alagoas e Prefeituras Municipais: programas transversais relacionados ao crédito e finanças solidárias
- Empresas: programas de responsabilidade social
- Academia: programas de extensão universitária

Espaços da cidade

- Espaços e equipamentos públicos, campi de instituições técnicas e universitárias, sede de instituições do Sistema S, associações e/ou organizações comunitárias, sede de empresas privadas, entidades de classe, sindicatos e Organizações da Sociedade Civil, pontos de atendimento itinerantes

Conexão com outros eixos programáticos

- 3: Segurança Alimentar e Nutricional
- 5: Cultura
- 6: Inclusão digital



Conexão com ações programáticas

- 3.1: Pequenos agricultores e agricultores locais
- 3.2: Hortas comunitárias
- 4.1: Educação para o trabalho e qualificação profissional
- 4.2: Acesso ao mercado de trabalho
- 5.1: Gastronomia
- 5.2: Artesanato
- 6.1: Inclusão digital
- 6.2: Capacitação de técnicos(as) sociais
- 6.3: Capacitação de Organizações da Sociedade Civil

Conexão com ações já existentes no MCL

- Requalificação de praças

Recomendações

- Desenvolver programas de financiamento público (estadual ou municipal) por meio de mecanismos de finanças solidárias, como a criação de fundos rotativos e linhas de crédito para empreendimentos populares e solidários;
- Fomentar projetos de finanças solidárias e moedas sociais para dinamizar as econômicas locais;
- Fomentar a criação de bancos comunitários ou ofertas de microcrédito produtivo; e
- Mapear e captar fundos especiais de financiamentos de projetos de empreendimentos populares e solidários.



4.5 Trabalho e renda com reciclagem de resíduos sólidos

Objetivo

- Apoiar iniciativas de organização e constituição de núcleos cooperados de catadores(as) de resíduos sólidos para geração de trabalho e renda por meio da coleta seletiva, processamento e utilização de materiais reciclados.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais
- Academia, em especial, incubadoras universitárias
- Instituições do Sistema S
- Associações e/ou organizações comunitárias
- Entidades de classe e sindicatos
- Organizações da Sociedade Civil

Programas correlacionados

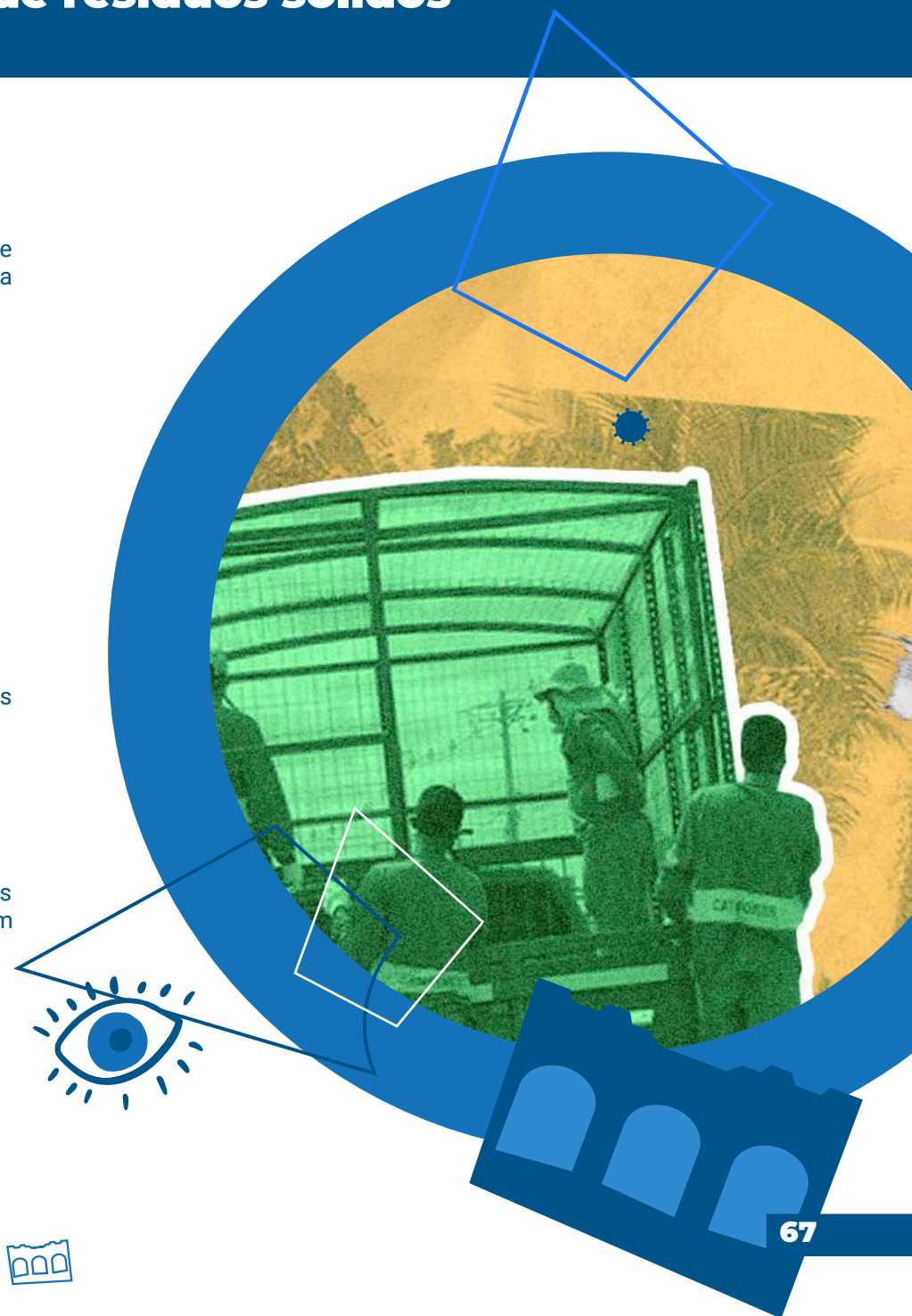
- Governo de Alagoas e Prefeituras Municipais: programas transversais relacionados ao saneamento ambiental e coleta seletiva
- Empresas: programas de responsabilidade social e ambiental
- Academia: programas de extensão universitária

Espaços da cidade

- Espaços e equipamentos públicos, escolas, associações comunitárias, espaços culturais para exposição de artistas, pontos de coleta de materiais recicláveis em eventos públicos

Conexão com outros eixos programáticos

- 2: Educação socioambiental
- 4: Cultura
- 6: Inclusão digital



Conexão com ações programáticas

- 2.1: Educação socioambiental em escolas públicas
- 4.1: Educação para o trabalho e qualificação profissional
- 4.2: Acesso ao mercado de trabalho
- 4.3: Alternativas de trabalho e renda
- 5.2: Artesanato
- 6.2: Capacitação de técnicos (as) sociais
- 6.3: Capacitação de Organizações da Sociedade Civil

Conexão com ações já existentes no MCL

- Requalificação de praças

Recomendações

- Fomentar a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial, as ações oriundas de iniciativas populares e associativas relacionadas aos serviços de logística reversa, como aproveitamento e restauro de mobiliário urbano ou fortalecimento da cultura de consumo responsável (conserto de roupas, sapatos, brinquedos, equipamentos, entre outros);
- Criar programas de assistência técnica para iniciativas de organização e constituição de núcleos cooperados de catadores(as) para geração de trabalho e renda por meio da coleta seletiva, processamento e utilização de materiais reciclados;
- Promover oficinas de capacitação para mobilizar e sensibilizar os atores locais sobre reciclagem de resíduos sólidos e educação ambiental; e
- Implantar ou ampliar a coleta seletiva de materiais recicláveis com destinação para núcleos ou cooperativas destinadas à geração de trabalho e renda.



4.6 Inovação e tecnologia para o trabalho e renda

Objetivo

- Potencializar, por meio da inovação e tecnologia, políticas públicas para geração de trabalho e renda.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais
- Academia, em especial, incubadoras universitárias
- Instituições do Sistema S
- Associações e/ou organizações comunitárias
- Entidades de classe e sindicatos
- Organizações da Sociedade Civil
- Bancos e fundos comunitários e solidários

Programas correlacionados

- Governo de Alagoas e Prefeituras Municipais: programas transversais relacionados à inovação e tecnologia
- Empresas: programas de responsabilidade social
- Academia: programas de extensão universitária
- Fundos e editais (públicos e privados) para captação de recursos

Espaços da cidade

- Espaços e equipamentos públicos, escolas, associações comunitárias, pontos de inclusão digital

Conexão com outros eixos programáticos

- 1: Qualificação urbana
- 5: Cultura
- 6: Inclusão digital



Conexão com ações programáticas

- 1.3: Wi-Fi nas praças
- 4.1: Educação para o trabalho e qualificação profissional
- 4.2: Acesso ao mercado de trabalho
- 5.1: Gastronomia
- 5.2: Artesanato
- 5.2: Eventos esportivos
- 5.3: Eventos culturais
- 6.1: Inclusão digital
- 6.2: Capacitação de técnico (as) sociais
- 6.3: Capacitação de Organizações da Sociedade Civil

Conexão com ações já existentes no MCL

- -

Recomendações

- Promover o desenvolvimento de pesquisas, análises, monitoramento e sistematização de dados sobre o mercado de trabalho e as oportunidades de emprego, trabalho e renda relacionadas à inovação e tecnologia;
- Criar mecanismos institucionais e financeiros para ampliar o acesso a programas estaduais e municipais de estímulo ao desenvolvimento da inovação e tecnologia voltados a solucionar problemas locais;
- Mapear organizações de assistência técnica e incubação para apoiar o desenvolvimento e fortalecimento de projetos locais;
- Articular atores e parceiros locais para a elaboração de projetos transversais de inovação e tecnologia; e
- Promover oficinas de capacitação de letramento e inclusão digital.



Quadro 4

Síntese das ações propostas para o Eixo 4 e conexão com os demais eixos e ações programáticas

EIXOS PROGRAMÁTICOS						
AÇÕES PROGRAMÁTICAS EIXO 4	Qualificação urbana	Educação socioambiental	Segurança alimentar e nutricional	Emprego, trabalho e renda	Cultura	Inclusão digital
4.1: Educação para o trabalho e qualificação profissional	-	-	-	4.2: Acesso ao mercado de trabalho	-	6.1: Inclusão digital 6.2: Capacitação de técnicos(as) sociais 6.3: Capacitação de Organizações da Sociedade Civil
4.2: Acesso ao mercado de trabalho	-	-	-	4.1: Educação para o trabalho e qualificação profissional	5.1: Gastronomia 5.2: Artesanato	6.1: Inclusão digital 6.2: Capacitação de técnicos(as) sociais 6.3: Capacitação de Organizações da Sociedade Civil
4.3: Alternativas de trabalho e renda	1.3: Wi-Fi nas praças	2.5: Viveiros de espécies nativas e frutíferas	3.1: Pequenos agricultores e agricultores locais 3.2: Hortas comunitárias	4.1: Educação para o trabalho e qualificação profissional 4.2: Acesso ao mercado de trabalho	5.1: Gastronomia 5.2: Artesanato 5.3: Eventos culturais 5.4: Eventos esportivos	6.1: Inclusão digital 6.2: Capacitação de técnicos(as) sociais 6.3: Capacitação de Organizações da Sociedade Civil
4.4: Crédito e finanças solidárias	-	-	3.1: Pequenos agricultores e agricultores locais 3.2: Hortas comunitárias	4.1: Educação para o trabalho e qualificação profissional 4.2: Acesso ao mercado de trabalho	5.1: Gastronomia 5.2: Artesanato	6.1: Inclusão digital 6.2: Capacitação de técnicos(as) sociais 6.3: Capacitação de Organizações da Sociedade Civil
4.5: Trabalho e renda com reciclagem de resíduos sólidos	-	2.1: Educação socioambiental em escolas públicas	-	4.1: Educação para o trabalho e qualificação profissional 4.2: Acesso ao mercado de trabalho 4.3: Alternativas de trabalho e renda	5.2: Artesanato 6.2: Capacitação de técnicos (as) sociais 6.3: Capacitação de Organizações da Sociedade Civil	-
4.6: Inovação e tecnologia para o trabalho e renda	1.3: Wi-Fi nas praças	-	-	4.1: Educação para o trabalho e qualificação profissional 4.2: Acesso ao mercado de trabalho	5.1: Gastronomia 5.2: Artesanato 5.2: Eventos esportivos 5.3: Eventos culturais	6.1: Inclusão digital 6.2: Capacitação de técnico (as) sociais 6.3: Capacitação de Organizações da Sociedade Civil

Eixo Programático 5: Cultura

A cultura contempla diferentes dimensões da vida social, potencializa os laços de pertencimento e produz símbolos e sentidos que orientam e valorizam a vida em sociedade. A salvaguarda e a promoção do patrimônio cultural – tangível e intangível – contribuem de forma direta para o desenvolvimento urbano sustentável.

Objetivo

- Integrar a cultura como elemento transversal às ações desenvolvidas no Programa Minha Cidade Linda, de modo a potencializar as oportunidades de desenvolvimento social, econômico e turístico.

Conexão com os ODS



Ações programáticas

1. Gastronomia
2. Artesanato
3. Eventos culturais
4. Eventos esportivos

Conexão com a NAU

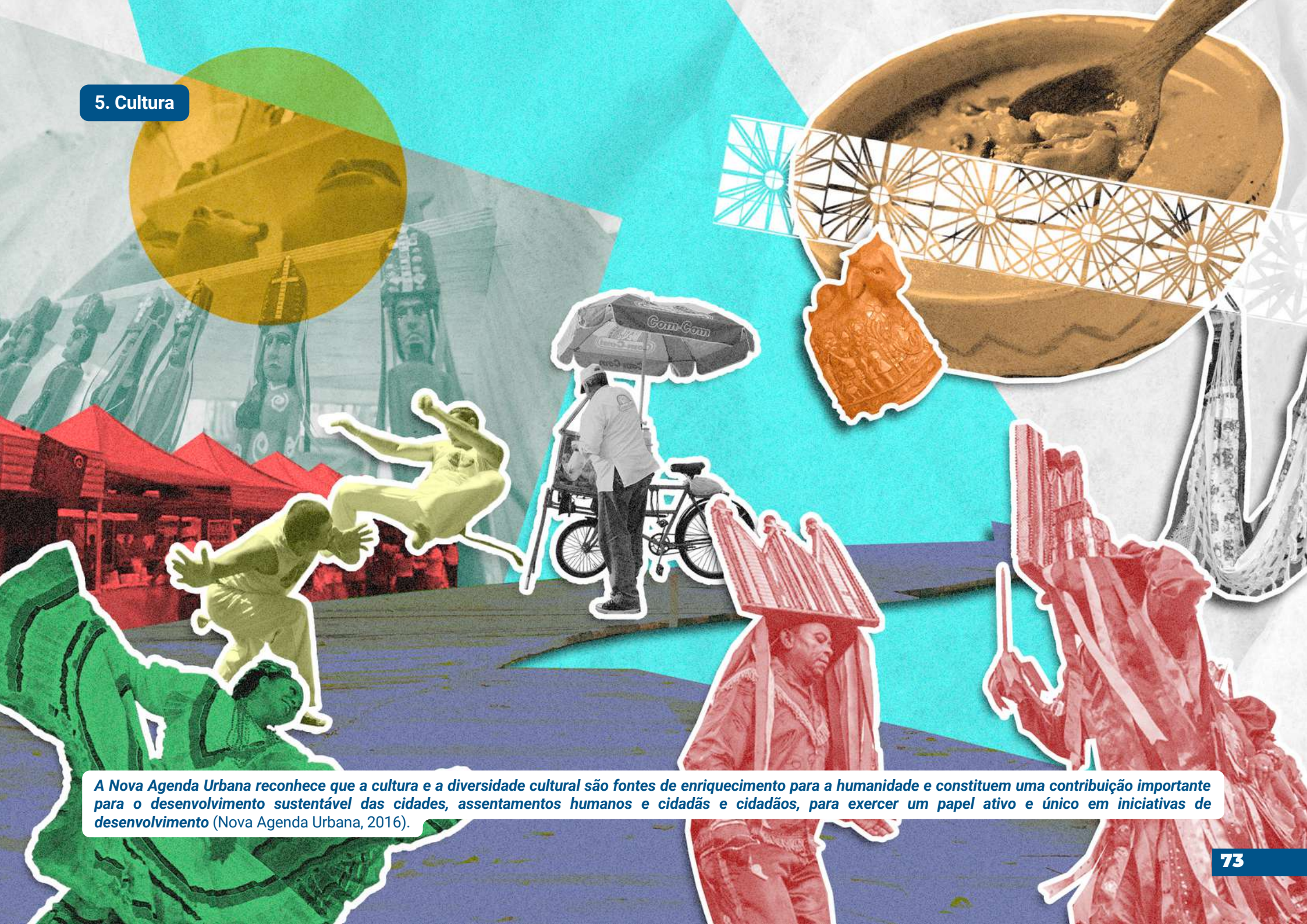
Dimensões



Compromissos transformadores

- **Desenvolvimento urbano sustentável para a inclusão social e a erradicação da pobreza**
 - **25** (promover a cultura e o respeito pela diversidade e igualdade como elementos fundamentais)
 - **34** (promover o acesso equitativo e economicamente viável à infraestrutura física e social básica)
 - **38** (valorizar o patrimônio natural, cultural, material e imaterial)
- **Prosperidade urbana sustentável e inclusiva e oportunidades para todos**
 - **61** (garantir mais oportunidades para participação efetiva)

5. Cultura



A Nova Agenda Urbana reconhece que a cultura e a diversidade cultural são fontes de enriquecimento para a humanidade e constituem uma contribuição importante para o desenvolvimento sustentável das cidades, assentamentos humanos e cidadãos e cidadãs, para exercer um papel ativo e único em iniciativas de desenvolvimento (Nova Agenda Urbana, 2016).

5.1 Gastronomia

Objetivos

- Fomentar a difusão da cultura alimentar de cada município e região, a partir da troca de saberes locais;
- Impulsionar a gastronomia local conectada ao turismo e às oportunidades de geração de emprego, trabalho e renda, em especial para os jovens;
- Promover a culinária local utilizando produtos agrícolas de pequenos produtores como base para o preparo de pratos tradicionais ou de novos arranjos a partir da combinação criativa de ingredientes e temperos; e
- Fomentar a implantação de pomares e horas nas escolas (públicas e privadas) e espaços públicos para ampliar o uso de alimentos locais de maneira saudável e sustentável.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais
- Academia
- Embrapa
- Instituições do Sistema S
- Organizações da Sociedade Civil

Programas correlacionados

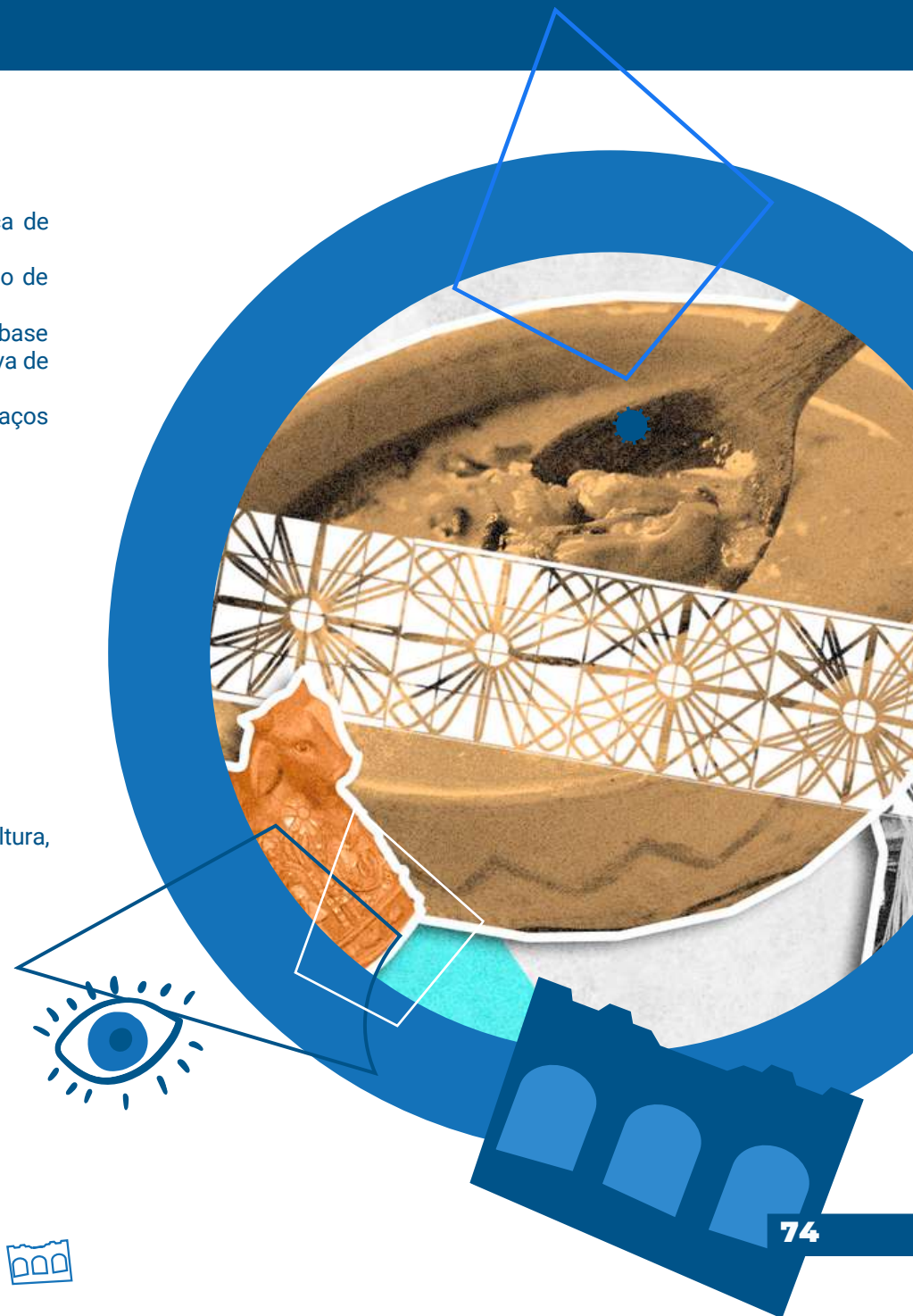
- Governo de Alagoas: Escola 10 e CRIA
- Governo de Alagoas e Prefeituras Municipais: programas transversais relacionados à cultura, economia criativa, turismo, emprego, trabalho e renda
- Academia: programas de extensão universitária

Programas para inspiração

- Prefeitura Municipal de Diadema (SP): Uma Fruta no Quintal (Anexo 1)

Espaços da cidade

- Praças, orlas, largos, feiras, escolas, pontos de cultura



Conexão com outros eixos programáticos

- 1: Qualificação urbana
- 2: Educação socioambiental
- 3: Segurança Alimentar e Nutricional
- 6: Inclusão digital

Conexão com ações programáticas

- 1.1: Iluminação pública
- 1.2: Banheiro público
- 2.1: Educação socioambiental em escolas públicas
- 3.1: Pequenos produtores e agricultores locais
- 6.1: Inclusão digital

Conexão com ações já existentes no MCL

- Requalificação das praças

Recomendações

- Realizar encontros entre produtores rurais e residentes urbanos para troca de experiências sobre o uso e preparo de alimentos, de modo a criar um ambiente de negócio propício para iniciativas conjuntas, como feiras locais, empreendimentos gastronômicos, entre outras;
- Realizar concursos de culinária para estimular os talentos locais, em especial, com a participação de crianças, jovens, pessoas adultas e idosas, em eventos específicos para cada segmento; e
- Incluir na grade curricular das escolas estaduais e municipais palestras sobre a importância da alimentação saudável e noções de uso de alimentos locais na culinária.



5.2 Artesanato

Objetivos

- Preservar e incentivar a arte popular enquanto expressão cultural dos usos, costumes, tradições e características de cada município; e
- Dinamizar o turismo local por meio da geração de emprego e renda para pessoas artesãs.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais
- Academia
- Instituições do Sistema S
- Organizações da Sociedade Civil

Programas correlacionados

- Governo de Alagoas e Prefeituras Municipais: programas transversais relacionados à cultura, economia criativa, turismo, emprego, trabalho e renda
- Academia: programas de extensão universitária

Espaços da cidade

- Praças, orlas, largos, feiras, escolas, pontos de cultura

Conexão com outros eixos programáticos

- 1: Qualificação urbana
- 4: Emprego, trabalho e renda
- 6: Inclusão digital

Conexão com ações programáticas

- 1.1: Iluminação pública
- 1.3: Wi-Fi nas praças
- 4.1: Educação para o trabalho e qualificação profissional
- 4.4: Crédito e finanças solidárias
- 6.1: Inclusão digital

Conexão com ações já existentes no MCL

- Requalificação das praças



Recomendações



- Estabelecer espaços públicos em cada município para divulgação e venda da produção artesanal;
- Realizar oficinas de capacitação para pessoas artesãs, visando a troca de experiências e aprendizado de técnicas artesanais, com a finalidade de estimular a organização e produção local; e
- Realizar campanhas de valorização e divulgação do artesanato enquanto expressão cultural indispensável para o desenvolvimento local sustentável.



5.3 Eventos culturais

Objetivo

- Fomentar a produção cultural em espaços públicos e escolas estaduais e municipais.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais
- Academia
- Organizações da Sociedade Civil

Programas correlacionados

- Governo de Alagoas e Prefeituras Municipais: programas transversais relacionados à educação e turismo
- Academia: programas de extensão universitária

Espaços da cidade

- Praças, orlas, largos, feiras, escolas, pontos de cultura

Conexão com outros eixos programáticos

- 1: Qualificação urbana
- 2: Educação socioambiental
- 5: Cultura

Conexão com ações programáticas

- 1.1: Iluminação pública
- 1.3: Wi-Fi nas praças
- 2.1: Educação socioambiental em escolas públicas
- 5.1: Gastronomia

Conexão com ações já existentes no MCL

- Requalificação das praças



Recomendações



- Criar projetos sociais que visem à formação de coletivos juvenis para produção cultural;
- Instalar pontos de Wi-Fi gratuitos em praças e escolas para fortalecer a articulação juvenil para ações artístico-culturais e a troca de conhecimentos entre pares para inspirar e ampliar o repertório de referências sociais e culturais; e
- Criar projetos sociais que visem à apresentação de jovens em espaços públicos para divulgar suas expressões artísticas e culturais em diferentes linguagens, com a finalidade de fortalecer a autoestima, o engajamento e o ativismo juvenil, além de gerar oportunidades de trabalho e renda.



5.4 Eventos esportivos

Objetivo

- Fortalecer a prática esportiva nas escolas para difundir os valores de respeito mútuo, cooperação e demais princípios inerentes à cidadania.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais
- Academia
- Organizações da Sociedade Civil

Programas correlacionados

- Governo de Alagoas e Prefeituras Municipais: programas transversais relacionados à educação, turismo e esporte e lazer
- Academia: programas de extensão universitária

Espaços da cidade

- Praças, orlas, largos, escolas

Conexão com eixos programáticos

- 1: Qualificação urbana

Conexão com ações programáticas

- 1.1: Iluminação pública
- 1.2: Banheiro público
- 1.6: Mobiliário urbano

Conexão com ações já existentes no MCL

- Requalificação das praças

Recomendações

- Realizar campeonatos (locais e intermunicipais), segmentados por faixa etária, para reforçar os laços sociais de interação e pertencimento; e
- Realizar atividades esportivas em praças e espaços públicos, reunindo jovens, pessoas adultas e idosas, com a finalidade de incentivar o bem-estar físico e mental, e ampliar as oportunidades de convívio social e de lazer.



Quadro 5

Síntese das ações propostas para o Eixo 5 e conexão com os demais eixos e ações programáticas

EIXOS PROGRAMÁTICOS						
AÇÕES PROGRAMÁTICAS EIXO 5	Qualificação urbana	Educação socioambiental	Segurança alimentar e nutricional	Emprego, trabalho e renda	Cultura	Inclusão digital
5.1: Gastronomia	1.1: Iluminação pública 1.2: Banheiro público	2.1: Educação socioambiental em escolas públicas	3.1: Pequenos produtores e agricultores locais	-	-	6.1: Inclusão digital
5.2: Artesanato	1.1: Iluminação pública 1.3: Wi-Fi nas praças	-	-	-	4.1: Educação para o trabalho e qualificação profissional 4.4: Crédito e finanças solidárias	6.1: Inclusão digital
5.3: Eventos culturais	1.1: Iluminação pública 1.3: Wi-Fi nas praças	2.1: Educação socioambiental em escolas públicas	-	-	5.1: Gastronomia	-
5.4: Eventos esportivos	1.1: Iluminação pública 1.2: Banheiro público 1.6 Quadras esportivas	-	-	-	-	-

Eixo Programático 6: Inclusão digital

Dados da PNAD Contínua (IBGE, 2019) apontam que, com 143,5 milhões de pessoas conectadas, o Brasil é o quarto país em número de usuários de internet, ou seja, 78% da população conhece e acessa a internet. Em áreas urbanas, 80% das moradias estão conectadas e em áreas rurais, esse percentual corresponde a 45%.

Embora os dados indiquem um processo de incremento do acesso à internet, a exclusão digital – falta e/ou limitação de acesso a equipamentos e à rede propriamente dita – ainda persiste, sobretudo, na população mais pobre que tem seu acesso limitado a sites e aplicativos ofertados de forma gratuita pelas operadoras.

Diante deste cenário, a exclusão digital demanda ações públicas que fomentem a inclusão e a capacitação, individual e coletiva, tanto para o uso de ferramentas e plataformas quanto para o fortalecimento de iniciativas sociais que visam à inovação, o empreendedorismo e o desenvolvimento local.

Objetivos

- Promover o acesso à tecnologia pela população mais vulnerabilizada, em especial para o empreendedorismo digital;
- Adotar a internet como ferramenta de educação e participação social;
- Fomentar a governança social, ambiental e corporativa das organizações sociais como estratégia para o desenvolvimento sustentável, captação de recursos, gestão e prestação de contas e compromisso ético; e
- Fortalecer projetos sociais por meio da inclusão de práticas inovadoras relacionadas à transformação digital.

Conexão com os ODS



Ações programáticas

1. Inclusão digital
2. Capacitação de técnicos(as) sociais
3. Capacitação de Organizações da Sociedade Civil

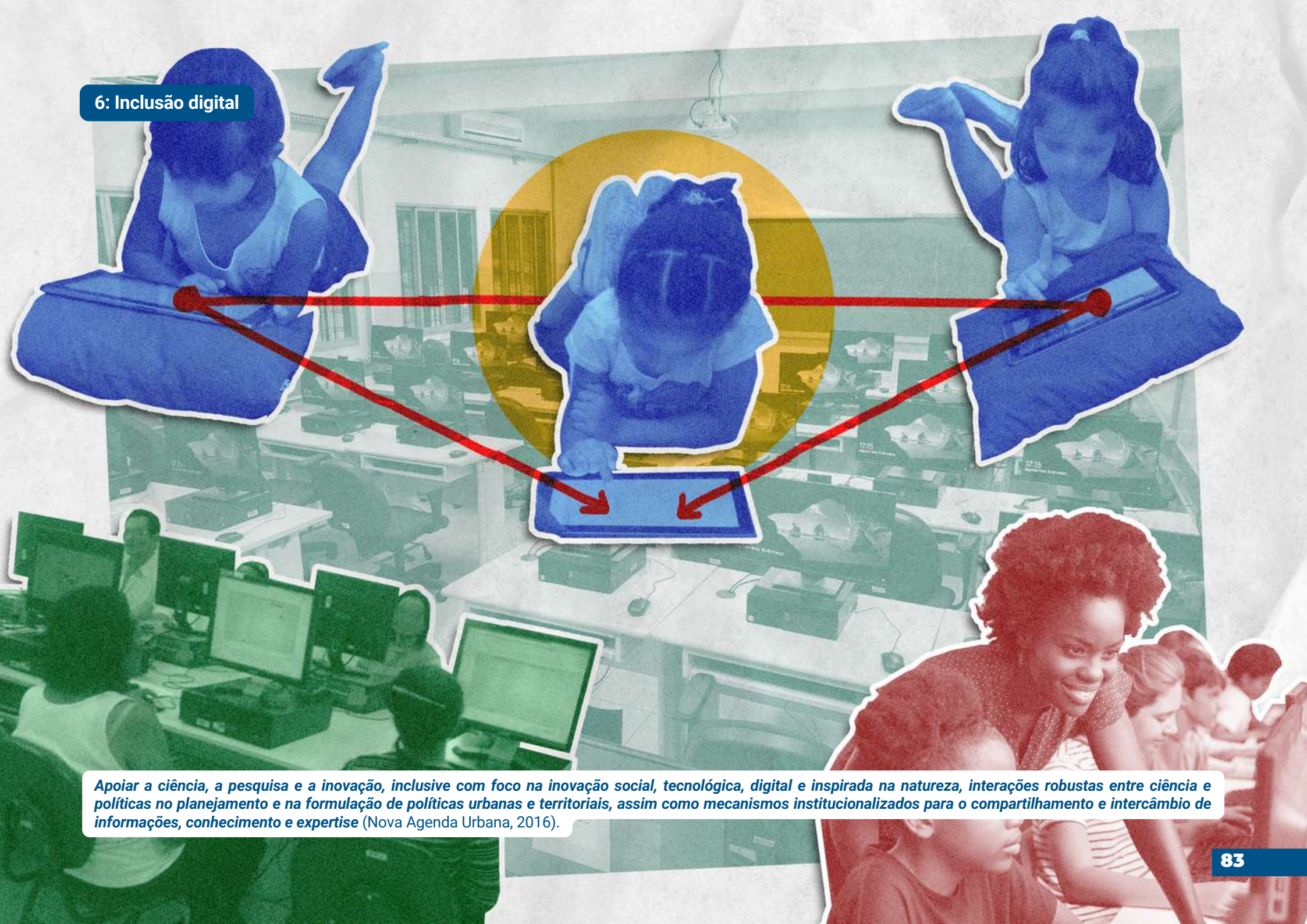
Conexão com a NAU

Dimensões

Compromissos transformadores

- **Desenvolvimento urbano ambientalmente sustentável e resiliente**
 - **66** (criar oportunidades de digitalização)

6: Inclusão digital



Apoiar a ciência, a pesquisa e a inovação, inclusive com foco na inovação social, tecnológica, digital e inspirada na natureza, interações robustas entre ciência e políticas no planejamento e na formulação de políticas urbanas e territoriais, assim como mecanismos institucionalizados para o compartilhamento e intercâmbio de informações, conhecimento e expertise (Nova Agenda Urbana, 2016).

6.1 Inclusão digital

Objetivos

- Promover financiamento acessível para aparelhos e computadores;
- Capacitar e treinar para o uso das ferramentas digitais voltadas ao empreendedorismo, pesquisas, estudos e outros interesses coletivos; e
- Criar plataformas da gestão local com informações de programas e projetos sociais, contendo o funcionamento, canais de comunicação, entre outras informações relevantes

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais
- Academia
- Organizações da Sociedade Civil
- Empresas privadas
- Entidades de classe

Programas correlacionados

- Ministério das Comunicações: Wi-Fi na Praça
- Governo de Alagoas: Oxe Tech Lab e Oxe Tech Work
- Governo de Alagoas e Prefeituras Municipais: programas transversais relacionados ao planejamento, educação, ciência e tecnologia

Espaços da cidade

- Escolas, praças, largos, orlas, vias públicas, centros e polos culturais

Conexão com outros eixos programáticos

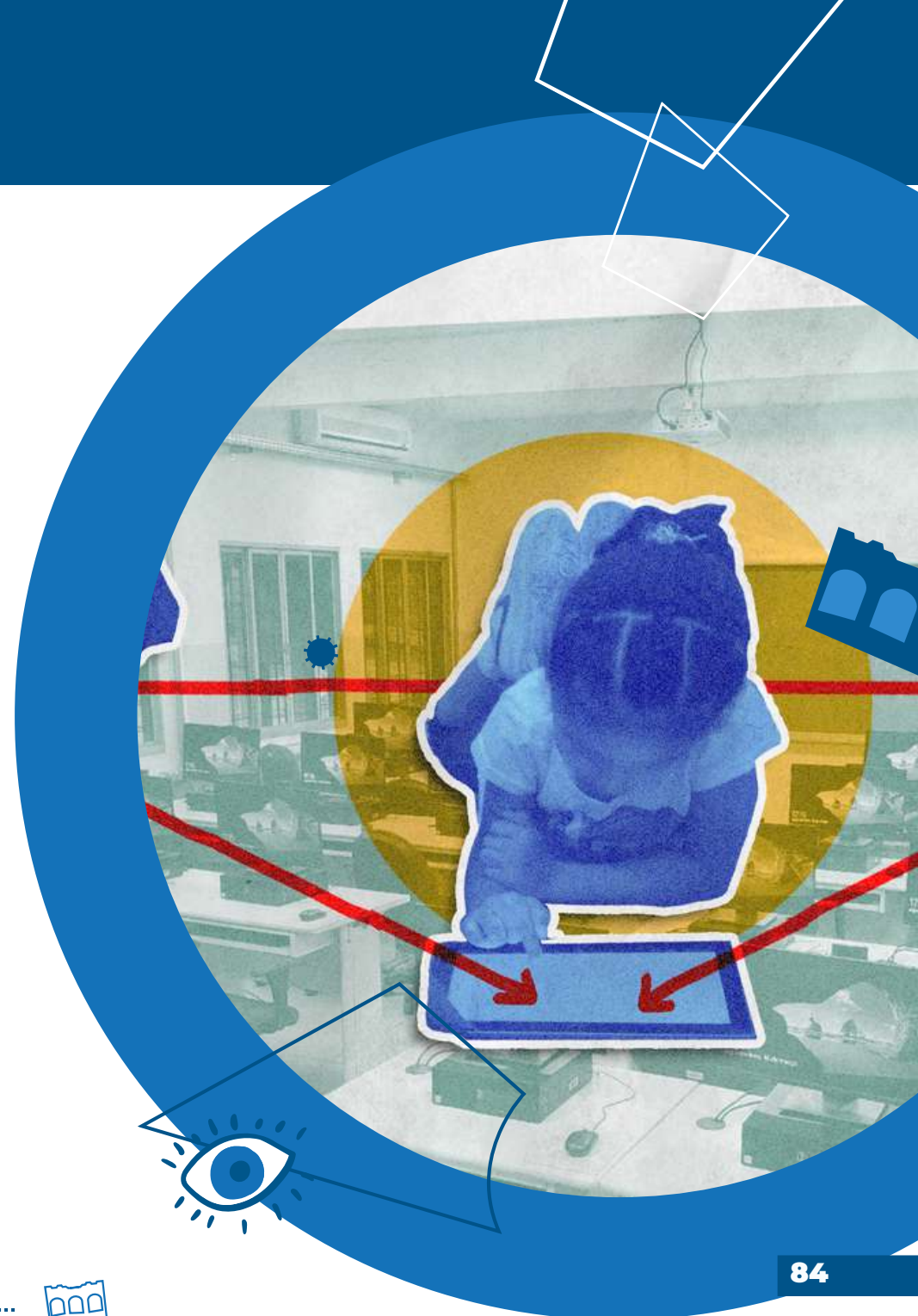
- 1: Qualificação urbana

Conexão com ações programáticas

- 1.3: Wi-Fi nas praças
- 6.2: Capacitação de técnicos(as) sociais

Conexão com ações já existentes no MCL

- -



Recomendações



- Realizar capacitações para gestores locais visando o desenvolvimento de projetos de inclusão e comunicação digital no trabalho social;
- Criar projetos de fortalecimento da prestação de serviços e comércio locais por meio do uso de tecnologias digitais, por exemplo:
 - Criação de páginas do bairro para dar publicidade e fortalecer as relações de vizinhanças e de solidariedade local; e
 - Capacitação dos comerciantes e ambulantes para uso de tecnologias digitais e estratégias de gestão e inclusão digital.
- Inserir rede de Wi-Fi gratuito em equipamentos e praças públicas, incentivando o seu acesso a partir da divulgação de vídeo ou texto educativo sobre educação ambiental, fortalecimento social, empreendedorismo.



6.2 Capacitação de técnicos(as) sociais

Objetivos

- Desenvolver programa de capacitação para técnicos(as) sociais para o uso de ferramentas digitais e desenvolvimento de práticas inovadoras;
- Elaborar projetos pedagógicos de formação digital; e
- Disponibilizar programas de capacitação em formato digital com tutoria.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais
- Academia
- Organizações da Sociedade Civil
- Empresas privadas
- Entidades de classe

Programas correlacionados

- Ministério das Comunicações: Wi-Fi na Praça
- Governo de Alagoas: Oxe Tech Lab e Oxe Tech Work
- Governo de Alagoas e Prefeituras Municipais: programas transversais relacionados ao planejamento, educação, ciência e tecnologia

Espaços da cidade

- Escolas, praças, largos, orlas, vias públicas, centros e polos culturais

Conexão com eixos programáticos

- Qualificação urbana

Conexão com ações programáticas

- 1.3: Wi-Fi nas praças
- 6.1: Inclusão digital

Conexão com ações já existentes no MCL

- -



Recomendações



- Elaborar projeto pedagógico de formação digital, considerando as mudanças operacionais necessárias para uso de instrumentos digitais, os ambientes virtuais adequados para o trabalho social e as tecnologias essenciais para garantir os recursos mínimos para operacionalização;
- Criar programa de formação continuada sobre metodologias, instrumentos, estratégias e táticas para ação remota;
- Elaborar estratégias de ação para erradicar a exclusão digital nos territórios;
- Elaborar estratégias de ação para garantir um acolhimento humanizado no ambiente virtual; e
- Propor orientações sobre o sigilo pertinente no atendimento em plataformas digitais.



6.3 Capacitação de Organizações da Sociedade Civil

Objetivos

- Desenvolver programa de capacitação e apoio técnico às organizações da sociedade civil;
- Promover o uso da internet como ferramenta de educação; e
- Treinar as gestões das organizações da sociedade civil para a aplicação adequada de recursos no desenvolvimento de ações sociais.

Atores e parcerias

- Governo de Alagoas
- Prefeituras Municipais
- Academia
- Organizações da Sociedade Civil
- Empresas privadas
- Entidades de classe

Programas correlacionados

- Ministério das Comunicações: Wi-Fi na Praça
- Governo de Alagoas: Oxe Tech Lab e Oxe Tech Work
- Governo de Alagoas e Prefeituras Municipais: programas transversais relacionados ao planejamento, educação, ciência e tecnologia

Espaços da cidade

- Escolas, praças, largos, orlas, vias públicas, centros e polos culturais

Conexão com eixos programáticos

- 1: Qualificação urbana
- 4: Emprego, trabalho e renda

Conexão com ações programáticas

- 1.3: Wi-Fi nas praças
- 4.1: Educação para o trabalho e qualificação profissional
- 6.1: Inclusão digital
- 6.2: Capacitação de técnicos(as) sociais

Conexão com ações já existentes no MCL

• -



Recomendações



- Elaborar diagnóstico rápido das organizações sobre o uso de ferramentas e práticas digitais, com a finalidade de mensurar o nível de maturidade em temas como:
 - (1) marco regulatório do Terceiro Setor;
 - (2) projetos sociais;
 - (3) gestão de Recursos Humanos;
 - (4) gestão de dados e informações;
 - (5) captação de recursos;
 - (6) Mobilização e engajamento; e
 - (7) responsabilidade e comunicação social.
- Criar um sistema de dados e informações qualificadas em cada município, a partir de métodos ágeis e levantamentos online, visando o desenvolvimento de políticas e programas locais, com apoio técnico estadual; e
- Elaborar estratégias de ação para qualificação específica para cada território, de forma prática, inovadora e inclusiva.



Quadro 6

Síntese das ações propostas para o Eixo 6 e conexão com os demais eixos e ações programáticas



EIXOS PROGRAMÁTICOS						
AÇÕES PROGRAMÁTICAS EIXO 6	Qualificação urbana	Educação socioambiental	Segurança alimentar e nutricional	Emprego, trabalho e renda	Cultura	Inclusão digital
6.1: Inclusão digital	1.3: Wi-Fi nas praças	-	-	-	-	6.2: Capacitação de técnicos(as) sociais
6.2: Capacitação de técnicos(as) sociais	1.3: Wi-Fi nas praças	-	-	-	-	6.1: Inclusão digital
6.3: Capacitação de Organizações da Sociedade Civil	1.3: Wi-Fi nas praças	-	-	4.1: Educação para o trabalho e qualificação profissional	-	6.1: Inclusão digital 6.2: Capacitação de técnicos(as) sociais

4.1 Síntese das recomendações

As recomendações apresentadas visam expandir e aperfeiçoar o **Programa Minha Cidade Linda**, integrar as propostas de modo transversal, e estruturar as futuras intervenções como elementos fundamentais para a localização das agendas globais de desenvolvimento no território alagoano (Quadro 7).

Quanto às recomendações, destacam-se as seguintes observações:

Articulação das propostas

As propostas possuem caráter autônomo e não excludente para que o Programa seja flexível e adaptável à realidade de cada município. No entanto, recomenda-se que o poder público estadual e municipal conectem as intervenções aos eixos e ações programáticas, fortalecendo o encadeamento dos impactos, a transversalidade das propostas e o planejamento e execução intersetorial e intergovernamental.

Protagonismo dos espaços da cidade

Diversos espaços da cidade foram recomendados para incidência e execução das propostas. Desta forma, pretende-se fortalecer o espaço urbano como o centro impulsionador das intervenções existentes e a serem executadas pelo Programa e, principalmente, como base fundamental para o desenvolvimento sustentável do estado.

Continuidade das ações existentes e financiamento das propostas

A (re)estruturação e sustentabilidade do Programa demanda a existência de previsão orçamentária estadual e municipal, sobretudo nos Planos Plurianuais (PPA), além da captação de recursos do Governo Federal e/ou outras organizações financiadoras de políticas públicas.

Envolvimento de diferentes atores

O engajamento e a parceria com os mais diversos atores – setores públicos e privados, academia, população beneficiada e Organizações da Sociedade Civil – será fundamental, visto que a participação conjunta pode contribuir para que o Programa não se limite a uma gestão governamental, mas torne-se uma política pública integrada e duradoura de desenvolvimento local.



Quadro 7
Sistematização
dos eixos
programáticos,
ações
propostas e
conexão com
os ODS e a NAU

EIXOS PROGRAMÁTICOS						
-	1: Qualificação urbana	2: Educação socioambiental	3: Segurança alimentar e nutricional	4: Emprego, trabalho e renda	5: Cultura	6: Inclusão digital
ODS						
NAU (DIMENSÕES E COMPROMISSOS)	 25 36 37 53 67 100 113 118	 56 95	 95 123	 56 57 61	 25 34 38 61	 66
Ações programáticas	Iluminação pública Banheiro público Wi-Fi nas praças Arborização de vias Rota cidadã Quadras esportivas Mobiliário urbano	Educação ambiental em escolas públicas Pomares e hortas nas escolas Mudas de espécies nativas, frutíferas e sementes Pequenos produtores e agricultores locais Viveiros de espécies nativas e frutíferas Capacitação de trabalhadores locais Arborização urbana	Pequenos produtores e agricultores locais Hortas comunitárias	Educação para o trabalho e qualificação profissional Acesso ao mercado de trabalho Alternativas de trabalho e renda Crédito e finanças solidárias Trabalho e renda com reciclagem de resíduos sólidos Inovação e tecnologia para o trabalho e renda	Gastronomia Artesanato Eventos culturais Eventos esportivos	Inclusão digital Capacitação de técnicos(as) sociais Capacitação de Organizações da Sociedade Civil

Considerações finais

Experiências de intervenção urbana em pequenos e médios municípios alagoanos até então eram inexistentes ou pontuais. Por esta razão, o **Programa Minha Cidade Linda** representa um projeto inovador ao expandir novas frentes territoriais de investimento público em escala e ao melhorar as condições de mobilidade, uso do espaço público e cotidiano da população beneficiada.

Considerando esses impactos, a iniciativa governamental deve ser consolidada como uma política pública de estado, de caráter permanente, para que os seus efeitos sejam igualmente duradouros. Para tanto, é necessário que seja constantemente monitorada e avaliada, de forma participativa e com indicadores alinhados às agendas de desenvolvimento sustentável e aos desafios que se apresentam em cada município.

As recomendações elaboradas no **Laboratório de Planejamento e Projetos para o Desenvolvimento Urbano Sustentável** indicam ações estratégicas discutidas em um curto espaço de tempo e um momento concentrado das Oficinas de Imersão, que contou com diferentes atores para debater e propor soluções para fortalecer o Programa.

No entanto, a metodologia pode ser incorporada a estrutura institucional do Estado e transformada em um fórum permanente de discussão e co-criação de políticas públicas e de replicabilidade de boas práticas para outros programas estaduais. Somando a isto, pode ser também articulada, para maximizar as sinergias, a outros produtos elaborados no âmbito do **Projeto Visão Alagoas 2030**, como o Observatório de Políticas Públicas.

Ademais, o Laboratório não esgotou as possibilidades de aperfeiçoamento do Programa, mas se colocou como um ponto de partida para avaliar a sua execução, reconhecer as potencialidades, aproximar diferentes atores, estabelecer ações programáticas em eixos matriciais intersetorial e intragovernamental e, principalmente, apontar caminhos para sua expansão quantitativa e qualitativamente.

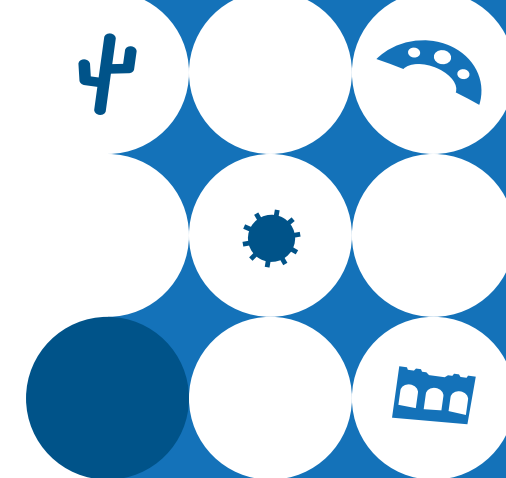
A abordagem intersetorial e intragovernamental deve ser entendida como chave para o desenvolvimento de um programa integrado, dado que recursos humanos, financeiros e institucionais são potencializados e incrementados quando se adota um processo de sensibilização e cooperação entre gestores públicos. Essa abordagem permite não apenas compartilhar projetos e ações, mas também criar uma responsabilidade compartilhada pela adesão das iniciativas no território, pelo engajamento das partes envolvidas e pelo sucesso da política pública como um todo.

Por fim, a constituição de uma rede de instituições e atores – incluindo a população, academia, Organizações da Sociedade Civil e setores públicos e privados – é a mais relevante estratégia para a ação, integração e inovação contínua, tanto para o Programa quanto para qualquer política de desenvolvimento territorial sustentável, cujo compromisso seja **“não deixar ninguém e nenhum lugar para trás”**.



referências

bibliográficas



CAPRA Fritjof; LUISI, Pier Luigi. **A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas**. São Paulo: Cultrix, 2014. 615 p.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

NERI, Marcelo. **Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2021, 11p. Disponível em: <https://cps.fgv.br/DesigualdadePandemia>. Acesso em 08 jun. 2022.

NETO SEGUNDO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Bancos comunitários**. Brasília: IPEA, Mercado de Trabalho, n. 41, p. 21-26, 2009.

PEREIRA, Raul Isidoro. **O Sentido da Paisagem e a Paisagem Consentida: projetos participativos na construção do espaço livre público**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

PETROPOULEAS, Suzana. **Volta do Brasil do Mapa da Fome é retrocesso inédito no mundo, diz economista**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-retrocesso-inedito-no-mundo-diz-economista.shtml#:~:text=O%20ano%20de%202018%20j%C3%A1,a%20um%20quadro%20de%20fome>. Acesso em: 08 jun. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Cartilha de Educação Ambiental**. Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. 2022. Disponível em: <https://sema.rs.gov.br/upload/arquivos/202203/09142100-cartilha-educacao-ambiental-2022-rs.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2022.

SILVEIRA, Daniel. **Fome no Brasil: número de brasileiros sem ter o que comer quase dobra em 2 anos de pandemia**. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/08/fome-no-brasil-numero-de-brasileiros-sem-ter-o-que-comer-quase-dobra-em-2-anos-de-pandemia.ghtml>. Acesso em: 08 jun. 2022.

UN-Habitat. **Urban Planning and Design Lab's: Tools for Integrated and Participatory Urban Planning**. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme, 108p. Disponível em: <https://unhabitat.org/urban-planning-and-design-labs-tools-for-integrated-and-participatory-urban-planning>. Acesso em: 01 fev. 2023.

Anexo 1

Boa Prática: Programa "Uma Fruta no Quintal" (Diadema/SP)

Uma Fruta no Quintal foi um programa desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Diadema, Região Metropolitana de São Paulo, entre 1994 e 1996, em parceria com a rede pública (estadual e municipal) de ensino, escolas particulares e diversas secretarias (educação, agricultura, saúde, cultura, manutenção urbana) mobilizadas para a sua implementação. Como um projeto de educação ambiental nas escolas e arborização da cidade, realizou o plantio de árvores frutíferas nos quintais residenciais e nas áreas ajardinadas das escolas.

O seu nome foi escolhido por remeter simbolicamente (a) à relação entre a escola e o local de moradia, (b) ao desenvolvimento, no tempo, de algo que se modifica, cresce e acompanha a vida do estudante, e (c) à forma de ocupação do lote urbano em Diadema, onde os quintais são pequenos e cimentados, em uma cidade considerada detentora dos maiores adensamentos demográficos do Brasil.

Inicialmente, o projeto previa apenas arborizar e melhorar o paisagismo dos espaços ociosos das escolas. Porém, inspirado em experiências anteriores realizadas pela coordenação do programa, observou-se que as praças mais bem cuidadas eram aquelas cujo envolvimento organizativo dos moradores se fazia presente, tanto na elaboração do projeto e durante as obras de implantação, quanto para garantir a sua manutenção.

Diante disto, adotou-se como premissa a participação ativa da comunidade escolar em todo o processo, fazendo com que o programa ganhasse perspectivas e desdobramentos para além da arborização do espaço escolar, alcançando dimensões educacionais, artísticas e culturais. Com a sua evolução, cada escola que ingressava incorporava novas questões, induzindo a sua reestruturação, redirecionamento e inclusão de outras ações.

Objetivos

- Promover ações voltadas à formação de professores e alunos, visando o desenvolvimento cognitivo, afetivo, físico, social do cidadão, por meio da compreensão e reflexão sobre os problemas ambientais e culturais de sua comunidade, bem como a busca por soluções;
- Despertar o reconhecimento do ambiente natural e antrópico como fator vital para a sobrevivência harmônica entre os seres vivos, e do impacto das relações entre a realidade próxima e cotidiana com a global e planetária;
- Despertar a compreensão dos fluxos e mecanismos de recursos naturais não renováveis, em especial que o seu desperdício e o manejo predatório acarretarão consequências graves para o futuro da humanidade;
- Identificar e analisar os distúrbios ambientais por meio de suas causas político-sociais, processo evolutivo no tempo e espaço, e possíveis soluções, de modo a capacitar a comunidade escolar como agentes transformadores deste processo;
- Promover ações conjuntas de educação ambiental, capazes de informar a comunidade, fomentar discussões e, sobretudo, propor ações para os problemas ambientais, visando a melhoria das condições de vida do município e da região, ou seja, expandindo os limites intramuros da escola e estabelecendo a cidade e o tecido urbano como espaços educadores; e
- Estimular a compreensão da bio e socio diversidade, reconhecendo e criando processos de convivência solidária, ética, cooperativa, e de respeito às diferenças físicas e culturais.



Público-alvo

- Escolas da rede de ensino estadual e municipal de Diadema, familiares dos estudantes, produtores locais e secretarias municipais.

Síntese da implementação

O programa tinha como pressuposto básico o desenvolvimento de uma série de atividades baseadas numa proposta conjunta entre professores e comunidade escolar. Deste modo, a partir de reuniões prévias entre a coordenação e a direção das escolas e professores, as atividades eram apresentadas e discutidas, no intuito de que se aderisse a elas, construindo coletivamente a sua forma e organização.

Na fase inicial, o programa previa uma etapa “Intensiva”, de 2 a 3 meses, para a preparação da implementação das ações previstas. A etapa subsequente, “Extensiva”, correspondia ao desenvolvimento das atividades sem tempo de término definido, mas com marcações temporais, como festas de comemoração e exposições de artes, que indicavam o êxito que o programa estava alcançando. Ao longo de sua implementação e com o maior engajamento da comunidade escolar, o programa foi ganhando novas temáticas e atividades, como visitas de campo a usinas de reciclagem e elaboração de maquetes.

Para fortalecer a dimensão interdisciplinar, o programa previu uma série de palestras, cursos, oficinas, exposições e exhibições de vídeo oferecidos por uma equipe de profissionais da Prefeitura (arquitetos, agrônomos, arte-educadores, sanitaristas, psicólogos, assistentes sociais, agentes comunitários, médicos, fotógrafos e nutricionistas).

Os temas abordados contemplavam educação no trânsito, técnicas de jardinagem para a arborização da escola, coleta seletiva de lixo, hortas escolares, cozinha alternativa e aproveitamento de alimentos, violência urbana, drogas, sexualidade, dentre outros. Estes temas também foram inseridos na grade curricular e nos horários das atividades destinadas à formação de professores.

Resultados alcançados

De acordo com Pereira (2006), a implementação do programa atingiu resultados bastante satisfatórios, ainda que não tenha sido ampliado e qualificado os espaços livres de Diadema na dimensão inicialmente pretendida.

No entanto, a alteração da rotina linear de aprendizado transformou o dia a dia das escolas, gerando:

- (1) melhora do desempenho de estudantes classificados como “maus alunos” em relação ao interesse nas disciplinas da grade curricular e concentração em sala de aula;
- (2) aumento da arborização nas escolas;
- (3) incentivo à interdisciplinaridade e novas formas de pensar o ensino;
- (4) articulação entre secretarias municipais e outros órgãos; e
- (5) participação de diferentes órgãos da Prefeitura no ensino público.

Ao final, 120 escolas municipais e estaduais foram envolvidas, 115.500 alunos participaram ($\frac{1}{3}$ da população de Diadema na época), 150.000 mudas frutíferas distribuídas, 200.000m² de terrenos das escolas arborizados, 90 profissionais da Prefeitura Municipal e 6.910 professores e funcionários da rede estadual e municipal envolvidos, e 3.500 árvores plantadas nas escolas.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Laboratório de planejamento e projetos : programa
minha cidade linda / organização Governo do
Estado de Alagoas. -- 1. ed. -- Maceió, AL :
Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2023.

ISBN 978-65-86524-73-4

1. Alagoas (AL) 2. Desenvolvimento urbano
sustentável - Brasil 3. Políticas públicas
I. Governo do Estado de Alagoas.

23-148970

CDD-361.61

Índices para catálogo sistemático:

1. Cidade : Sustentabilidade : Desenvolvimento
urbano : Políticas públicas sociais 361.61

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Impressão: Imprensa Oficial Graciliano Ramos

Papel de capa: Triplex 250g

Papel de miolo: Offset 120g

Tipografia: Montserrat





VISÃO ALAGOAS

2030  **Estratégia Urbana
Inclusiva e Sustentável**



**Clique
ou escaneie**
para saber
mais!

Continue nos acompanhando!

 @onuhabitatbrasil

 onuhabitatbr

 @onuhabitatbr

 /onuhabitatbrasil

visaoalagoas2030.al.gov.br



9 786586 524734